

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

ANA CLAUDIA DA CRUZ COSTA

**CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DA SERRA-ES: UMA
ANÁLISE DA GESTÃO DE 2009 A 2011**

VITÓRIA
2014

ANA CLAUDIA DA CRUZ COSTA

**CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DA SERRA-ES- UMA
ANÁLISE DA GESTÃO DE 2009 A 2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Ms. Camila Lopes Taquetti

VITÓRIA
2014

ANA CLAUDIA DA CRUZ COSTA

**CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DA SERRA-ES- UMA
ANÁLISE DA GESTÃO DE 2009 A 2011**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^a. Ms. Camila Lopes Taquetti, FCSES – Orientadora

Prof^a. Alaísa de Oliveira Siqueira
Mestre em Serviço Social - PUC Rio
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

Aline Passos de Oliveira
Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública

A minha mãe e meu pai,
Com muito carinho e dedicação.

Eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão. Eu levo fé é na fé da moçada que não foge da fera e enfrenta o leão. Eu vou com tudo é com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade, que não tá na saudade e constrói a manhã desejada”. [...].

Gonzaguinha

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma pesquisa documental e exploratória de abordagem qualitativa com o foco no Conselho Municipal de Juventude do município de Serra-ES cujo objetivo foi analisar a atuação deste conselho em seu mandato que compreendeu os anos de 2009 a 2011, bem como descrever o número de reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas durante este período; identificar a participação dos conselheiros e apresentar as principais pautas construídas e as deliberações realizadas. Em vista desses objetivos, foram delimitadas como fonte desta coleta todas as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho neste período. A análise dos dados passou pela técnica de análise de conteúdo, sendo os dados organizados por categorias de apreciação teórica, as quais foram descritas a partir das informações obtidas através dos documentos sob análise. A partir dos resultados obtidos, com base nas informações adquiridas e respaldados pela literatura da temática, foi possível evidenciar que os conselhos gestores de políticas públicas são importantes espaços de diálogo entre sociedade civil e poder público, assumindo um importante papel de fiscalizar, controlar e gerir as políticas públicas e sociais e em destaque as políticas públicas de juventude. Entretanto, nota-se que estes espaços enfrentam desafios latentes no que tange a participação efetiva, tanto da sociedade civil como do poder público; quanto à proposição e encaminhamento de deliberações sobre as políticas públicas e a construção de pautas mais relevantes para o que se objetiva este conselho municipal.

Palavras-chave: Conselhos. Juventude. Participação. Políticas Públicas de Juventude.

ABSTRACT

This monography is a documentary research and exploratory qualitative approach with the focus on the Municipal Council of youth of the municipality of Serra-ES whose goal was to analyze the performance of this Council in his tenure that included the years 2009 to 2011, as well as describe the number of regular and special meetings that occurred during this period; identify the participation of Directors and present the main guidelines established and the deliberations carried out. In view of these goals, were bounded as this source collects all the acts of ordinary and extraordinary meetings of the Council during this period. The analysis of the data passed through content analysis technique, being the data organized by categories of theoretical assessment, which were described from the information obtained through the documents under review. From the results obtained, on the basis of the information acquired and backed by thematic literature, it was possible to evidence that councils policymakers are important spaces for dialogue between civil society and public authorities, assuming an important role to monitor, control and manage public and social policies and highlighted the public policies for youth. However, note that these spaces facing latent challenges regarding the effective participation of both civil society and the public authorities; as to the proposition and routing of deliberations on policies

Keywords: Advice. Youth. Participation. public policy of youth.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 22 |
| 2.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL..... | 22 |
| 2.1.1 A constituição dos conselhos de políticas públicas no Brasil..... | 26 |
| 2.2 APRESENTANDO CONCEITOS ACERCA DA JUVENTUDE..... | 33 |
| 2.2.1 O pano de fundo das políticas públicas direcionadas à juventude no Brasil..... | 37 |
| 2.2.2 A inserção da juventude na agenda de políticas públicas..... | 39 |
| 2.3 O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE E A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE..... | 46 |
| 3 METODOLOGIA..... | 51 |
| 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA..... | 54 |
| 4.1 O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DA SERRA-ES..... | 54 |
| 4.2 A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE NOS ANOS DE 2009 A 2011..... | 56 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 68 |
| REFERÊNCIAS | 71 |
| APÊNDICE A..... | 76 |
| ANEXO A..... | 77 |
| ANEXO B..... | 78 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs analisar a atuação do Conselho Municipal de Juventude da Serra (CMJS), durante a gestão de 2009 a 2011.

O interesse pela temática deste Trabalho de Conclusão de Curso surge da experiência como conselheira de juventude no Conselho Municipal de Juventude de Serra na gestão 2012-2014. Este conselho foi criado pela Lei 2.919/2005 que regulamenta as ações e competências dessa instância. Atualmente este conselho está ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Serra (SEDIR), e tem como principais objetivos estudar, elaborar, analisar, aprovar e propor políticas públicas que permitam a integração e a participação do jovem no processo social, ambiental, econômico, político e cultural do município da Serra. (SERRA, 2005).

Ao me apropriar deste espaço, pude vivenciar de perto as lacunas que estão presentes na dinâmica deste conselho e na participação da juventude. Foi a partir desta experiência que surgiram profundas reflexões em torno do seu funcionamento e utilidade para a produção de políticas públicas de juventude, salientando a extrema importância que este espaço assume frente a estas políticas.

Os conselhos de políticas públicas ou espaços públicos de gestão democrática surgem a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (GOMES, 2003) que assegura à sociedade civil o direito à participação e proposição de políticas públicas. A presença destes Conselhos no Brasil, desde a conquista deste direito, intensificou a participação popular nas decisões políticas e institucionais no que tange as diversas políticas públicas e a garantia de direitos.

Após a vivência de um regime militar, instalado no Brasil em 1964, a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais e organizações, lutou contra o autoritarismo do Estado e provocou a obrigação por parte do governo em gerir políticas públicas e sociais, bem como permitir a participação da sociedade neste processo. Essas conquistas foram coroadas pela aprovação da Constituição Federal de 1988, que representou o marco jurídico legal para assegurar a efetividade de tais avanços.

Hoje no país, tem-se um número expressivo de conselhos de políticas públicas, sendo a maioria destes, instaurados em meados da década de 1990. Os Conselhos de Juventude fazem parte deste número, sendo totalizados 105 conselhos municipais e estaduais de juventude por todo o país.

A criação dos conselhos representa, no Brasil, um grande indicador de democracia, tendo em vista a participação da sociedade nas pautas de decisões acerca da discussão, elaboração, proposição e decisão no que tange as políticas públicas e sociais (MARTINS, 2010).

Acredita-se que é no espaço dos conselhos que as políticas públicas podem ser delineadas de acordo com as especificidades de cada temática, assumindo o caráter consultivo, mas também deliberativo, auxiliando de forma ímpar na interlocução entre a política e seus usuários.

Os conselhos também surgem como uma forma de controle social da sociedade civil com relação às decisões que dizem respeito à formulação, implementação e decisão de políticas sociais no que toca a provocação pela implementação de políticas pelo Estado, por parte da sociedade. (SOUZA, 2010).

Dada à expansão dos conselhos gestores ao longo dos últimos anos e a então “febre conselhistas”, de acordo com Gomes (apud CARVALHO, 1998), nota-se que, mesmo com um grande número de conselhos gestores de políticas públicas no Brasil, ainda existem desafios inúmeros a serem superados no que diz respeito a efetivação deste espaço e a garantia da participação.

As políticas públicas voltadas para a juventude também se tornam um grande desafio das gestões públicas atuais em sua proposição, execução e consolidação enquanto políticas que visem o protagonismo juvenil e a garantia de direitos. O reconhecimento tardio deste seguimento da sociedade como sujeitos de direitos dificultou o avanço no cenário de políticas públicas específicas para as juventudes, bem como a forma de pensar e formular tais políticas, levando em consideração as particularidades e anseios deste grupo.

Diante do cenário de políticas públicas de juventude no país, é importante salientar a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) no ano de 2005, o qual estimulou a criação de conselhos de juventude em âmbito estadual e municipal no país. Este espaço de formulação, criação, e decisão, também pôs em cena o protagonismo juvenil na esfera pública, evidenciando assim a participação política da juventude.

É a partir da necessidade de ampliar a discussão acerca dos conselhos de juventude e a participação da juventude nestes espaços que esta pesquisa buscou analisar a atuação do CMJS.

A pesquisa teve o objetivo de analisar a atuação CMJS através da leitura exploratória de todas as atas dos anos 2009-2011, bem como descrever o número de reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas durante este período; identificar a participação dos conselheiros e apresentar as principais pautas construídas e as deliberações realizadas.

É importante ressaltar a importância deste conselho para a efetivação de políticas públicas voltadas especificamente para a juventude no município, considerando que, historicamente, as políticas públicas direcionadas aos jovens, passaram por um processo tardio de reconhecimento e solidez, trazendo impactos na forma de propor e implementar tais políticas. “Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens” [...] (ABRAMO, 1997 p. 25).

Desta forma, acredita-se que este trabalho será relevante para propiciar uma compreensão sobre a atuação do CMJS na gestão de 2009 a 2011, frente as políticas públicas de juventude. Acredita-se que os dados desta pesquisa poderão ser utilizados pelos atuais e futuros conselheiros para avaliação de resultados e legitimação das discussões sobre políticas de juventude na Serra. Esta poderá contribuir também para levar conhecimento sobre este espaço democrático à população acadêmica do curso de Serviço Social e demais cursos, mas, em especial aos jovens munícipes de Serra que poderão se sentir provocados a participar como futuros conselheiros ou mesmo (re)conhecerem esta instância como representativa da juventude local.

A temática que aqui se propôs discutir é recente e por consequência, tem-se pouca bibliografia produzida, neste sentido, este trabalho irá contribuir com a produção teórica e o despertar de novos debates acerca da participação juvenil dentro do espaço do Conselho de Juventude.

Para o campo de Serviço Social os resultados desta pesquisa contribuirão para o fomento da discussão sobre os Conselhos Democráticos, tendo como ponto de partida a experiência do CMJS. É importante destacar que a relação desta temática

com o campo de Serviço Social é muito próxima, pois a participação é preceito da profissão, expresso pelo seu Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662 de 7 de junho de 1993), que em seu artigo 4º, inciso IX, traz como competência do Assistente Social: a prestação de assessoria e “apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais”.

Esta pesquisa também irá contribuir para o meu embasamento teórico e acúmulo de conhecimento sobre a temática podendo ser utilizado futuramente no exercício da profissão de Serviço Social e enquanto conselheira no CMJS.

Através da revisão de literatura foi abarcada uma discussão em torno das categorias teóricas que permeiam a temática deste trabalho, servindo de base para a compreensão da análise dos resultados desta pesquisa.

No tópico 2.1 do capítulo 2 discutiu-se o processo de construção da democracia e a participação social, posto em tela a configuração da participação sob a égide da redemocratização do Estado, compreendendo que democracia e participação são processos indissociáveis.

Neste tópico ainda foi aprofundado como os conselhos de políticas públicas, como espaços de participação institucionalizados, foram instituídos no Brasil e quais os seus limites e possibilidades frente à produção de políticas públicas.

Os tópicos 2.2 e 2.3 estão dedicados ao debate sobre Juventude e as questões que envolvem este segmento, tais como, as políticas públicas e às concepções formuladas a seu respeito e sua forma de participação na vida política.

As políticas de juventude apresentam um processo tardio de implementação e solidificação, podendo dizer que este processo está em curso e que o delinear das políticas voltadas para a juventude no Brasil, além de ser recente, demonstra a importância de compreender a categoria jovem antes de pensar e propor ações voltadas para este público, não se arriscando de perder de vista os objetivos que as políticas recentes trazem em sua concepção.

Ao longo dos últimos anos foram conquistados importantes mecanismos de participação que vão incidir de maneira positiva na elaboração das políticas públicas de juventude, tendo o jovem como sujeito de direitos e dotado de potencial transformador da sua própria realidade. Um dos mecanismos mais importantes é o

Conselho Nacional de Juventude, criado em 2005, uma ferramenta crucial para pensar e propor políticas, incluindo indiretamente a participação da juventude por meio de movimentos juvenis, coletivos, fóruns, dentre outros.

Nesta discussão é possível compreender onde estão e como estão localizadas as políticas públicas de juventude no país, bem como de que forma o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) contribui na construção de tais políticas, em sua provocação para a criação dos conselhos estaduais e municipais de juventude.

Por fim, serão apresentados os resultados desta pesquisa, levando o leitor ao conhecimento sobre o CMJS, possibilitando uma análise do que vem sendo discutido neste espaço no que tange políticas públicas de juventude da Serra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

Este texto tem o objetivo de apresentar conceitos que permeiam a temática de Participação, visando contribuir para a compreensão do processo de inserção da participação da sociedade civil¹, na elaboração e implementação de políticas públicas, bem como refletir sobre o exercício democrático envolvido nesta categoria. Antes de apresentar os conceitos a cerca da categoria Participação, é importante trazer para o texto de forma sintética, o período histórico do Regime Militar de 1964. Período este, que marcou intensamente a história do Brasil e nos ajudará a compreender sobre o processo de democratização do país e ampliação de direitos, logo a eclosão da participação da sociedade.

O Golpe militar instalado no Brasil nos anos de 1964 simbolizou o adormecer de uma democracia, ainda em fase de crescimento no país. O autoritarismo do regime militar durou aproximadamente mais de 20 anos, e durante este período a participação da sociedade civil na esfera pública, “era limitada e desencorajada”. Cabe intensificar que este período representou e ainda representa um momento de total privação de direitos e a liberdade de expressão na história política do país. (CICONELLO, 2008, p. 01).

O país permaneceu por mais de uma década sob os comandos do autoritarismo de um Estado comandado por militares. Este período ficou profundamente marcado pela privação de qualquer tipo de diálogo entre Estado e sociedade civil.

O autor contemporâneo Nogueira (2011, p. 21), ilustra que a “ditadura foi antidemocrática e anticomunista, prendeu, espancou e torturou a torto e a direito, disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão”. Em suma, este período não somente marcou a história política do Brasil, como também influenciou na formação política dos cidadãos brasileiros.

Pensa-se que este período, mesmo tendo encontrado seu fim, possui fortes influências na forma com que a sociedade civil se relaciona com o Estado.

¹ A sociedade civil é entendida como o campo de realizações parciais da universalidade, esfera em que a moral particular é transformada pela totalidade ética dos direitos e instituições sociais também nela existentes, como a justiça a polícia e a corporação. (DURIGUETTO, 2011, p. 33).

E é após ter sido marcada bruscamente pelo golpe militar instalado no Brasil em 1964 que a sociedade civil ²brasileira, a partir da década de 70 ressurgiu com grande intensidade. Esse ressurgimento ficou marcado pelo fato de a sociedade civil se organizar “de maneira substancialmente unificada” para combater o Estado autoritário da época. Este episódio contribuiu de forma ímpar no processo de transição democrática (AVRITZER, 1994 apud DAGNINO, 2002, p. 9).

Desta forma, é importante destacar que sem um Estado democrático, não se tem a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas. De acordo com Bobbio (2000, p.22), a definição mais clara sobre democracia é a de que “entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

Um dos momentos mais importantes na história do Brasil e que é de extrema relevância para a compreensão de democracia no país, constitui-se do período de democratização do Estado, que após a experiência impactante da Ditadura Militar, trouxe avanços no que tange a participação do povo na política. Para a autora Duriguetto (2007) este período representou,

A ampliação dos direitos políticos [...] associada à proposição de mecanismos político-administrativos que efetivem processos de descentralização do Estado voltados para a criação de canais institucionais que possibilitem a participação social nos processos de discussão, controle e fiscalização das políticas sociais públicas [...] (DURIGUETTO, 2007, p. 213).

Para Gohn, (2003, p. 14), levando em consideração o “processo de democratização da sociedade brasileira” temos um histórico de lutas do povo “por acesso aos direitos sociais e à cidadania”. Nesse contexto, entende-se participação como a luta da sociedade em prol de melhores condições de vida e por melhorias para toda uma civilização.

Cabe ainda ressaltar que permitir a participação da sociedade civil na elaboração, decisão e implementação, das políticas públicas foi um grande avanço no que tange a democracia ainda em fase de desenvolvimento no Brasil. Essa participação fica clara após a constituição da relação entre Estado e sociedade civil diretamente influenciada “pelo processo de democratização pelo qual passa o país desde o final

² A “sociedade civil passa, então, a significar a esfera dos espaços públicos autônomos, do discurso, da ação comunitária”. [...] por se caracterizar pela tematização, publicização e discussão das questões que atingem o conjunto da sociedade. (DURIGUETTO, 2007, p. 212).

da década de 80”, ampliando assim os espaços de participação da sociedade civil, através de associativismo e em “movimentos sociais organizados”, demonstrando um novo Estado e uma nova democracia (DAGNINO, 2002, p.13).

A temática da participação tem sido alvo de pesquisas e análises ao longo dos anos, principalmente no campo da ciência política. Podendo isso ser observado “nas práticas cotidianas da sociedade civil” como nos sindicatos, movimentos e em outras organizações sociais, tendo sentidos e significados totalmente distintos. (GOHN, 2003, p. 13).

Com relação aos tipos de participação, esses podem ser percebidos a partir de diferentes conceitos e formas de participar. Para Gomes (2003), a participação realizada como confronto dá lugar à participação entendida como disputa e negociação. Em contraponto, este mesmo autor referencia Carvalho (1998) apontando que a **participação popular** formulada pelos movimentos sociais torna-se instrumento de reivindicação a fim de participar da gestão da sociedade.

De acordo com Souza (2010, p.175), “A participação popular que envolve a década de 1970, significa a reação da população aos regimes ditatoriais existentes neste período”. O controle social, neste caso, passa a ser entendido como o combate ao Estado produzido pela sociedade.

É importante estabelecer relação entre participação e controle social entendendo estes dois processos como indissociáveis. Como aponta Souza (2010), este termo controle social está intimamente ligado à forma de a sociedade participar nas fases de elaboração e fiscalização das políticas públicas.

O controle social também pode ser entendido como uma forma do Estado institucionalizar a participação da sociedade por mecanismos de controle como os conselhos de políticas públicas e conferências (SOUZA, 2010). Em contraponto a isto, nota-se que pela via da participação a sociedade possui controle social e político sobre o Estado, sendo possível o envolvimento dos cidadãos nas definições e norteamiento da ação pública, como aponta Teixeira (2002).

A participação da sociedade civil nos espaços deliberativos celebra uma democracia que vem sendo construída ao longo das últimas décadas, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante desta ideia a autora Gohn (2003) apresenta o

conceito de **participação democrática**, sendo esta pautada na soberania popular³, o princípio regulador desta forma democrática.

A participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil, em especial entre os movimentos sociais e as organizações autônomas da sociedade; quanto no plano institucional, nas instituições formais políticas. (GOHN, 2003, p. 17).

Como tomada de decisão, a participação constitui-se de um caminho para uma democracia ampliada, caminho este repleto de desafios inerentes a este processo. Para o autor Teixeira (2002),

[...] Leva-se a questionar-se a dimensão decisória da participação, mas, ao mesmo, constitui um desafio para a busca de mecanismos que a administrem, combinando a participação, que explicita as diferenças, as identidades e aspirações dos diferentes grupos sociais, com a representação, que busca traduzir a generalidade, a universidade da cidadania. [...] (TEIXEIRA, 2002, p. 35).

É importante trazer neste texto a concepção sobre **participação política**, que traduz uma dinâmica presente e indissociável no cenário político. Esta forma de participação está intimamente ligada à relação entre Estado, sociedade e instituições públicas no aspecto de dialogarem e construírem coletivamente através do viés de democracia e cidadania as mudanças nas estruturas da sociedade. A autora Gohn traz uma importante contribuição para compreensão deste conceito, para ela, “usualmente se considera a participação política como um processo relacionado ao número e à intensidade de indivíduos envolvidos nas tomadas de decisão” (GONH, 2003, p. 25).

Por fim, destaca-se a **participação social**, que, acompanhada do processo de democratização do Estado após o período de ditadura militar, ganhou impulso e representou um movimento sólido contra o Estado autoritário. Constituído de organizações de diversos segmentos de lutas, esta forma de participação, também reivindicava mudanças no Estado quanto ao seu tratamento com as desigualdades sociais gritantes na época. (SOUZA, 2010).

Este tipo de participação está atrelado ao nascimento da Constituição Federal de 1988 que simbolizou ampliação de direitos e firmou as responsabilidades do Estado

³ Soberania popular é a doutrina pela qual o Estado é criado e sujeito à vontade das pessoas, fonte do poder político. Está intimamente associada aos filósofos da Escola Contratualista, (1650-1750), representada por Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). (RIBEIRO, 2009, p. 24-25).

para com a autonomia dos cidadãos brasileiros. Desta forma, a promulgação da Constituição Federal,

Introduziu avanços e princípios na perspectiva da universalização dos direitos e da publicização do Estado, buscando, com isso, superar as histórias injustiças sociais acumuladas, além da longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes. (TEIXEIRA, 2010, p.176).

A participação compreendida através de conceitos diferenciados revela a tônica da democracia no Brasil, que incidiu decisoriamente na ampliação desta prática no país. Em suma, a participação pode ser compreendida “como processo social, no qual o homem se descobre enquanto sujeito político, capaz de estabelecer uma relação direta com os desafios sociais”. (SOUZA, 2010, p. 170).

É importante destacar que o processo de construção da democracia é infundável e que o Estado e a sociedade civil possuem um importante compromisso para com este processo. Tendo a participação social da sociedade civil como catalizadora da democracia e o Estado por sua vez como garantidor de direitos fundamentais facilitadores na viabilização “de uma participação mais efetiva dos sujeitos sociais nas diferentes instâncias políticas de discussão dos assuntos públicos”. (DURIGUETTO, 2007, p.124).

2.1.1 A constituição dos Conselhos de políticas públicas no Brasil

Os conselhos democráticos ou espaços públicos de gestão democrática, ou ainda conselhos de políticas públicas, inscrevem-se no Brasil, a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988 que regulamenta e contempla à sociedade civil o direito à participação e proposição em torno das políticas públicas. (GOMES, 2003).

Após a trajetória de transformações sociais e políticas ocasionadas no Brasil desde o período do regime militar, a Constituição de 1988, citadas por muitos autores como a Constituição cidadã, trouxe novos mecanismos viabilizadores da participação do povo nas decisões políticas, destacando aqui o Controle Social, como direito conquistado e os espaços institucionalizados dos conselhos de políticas públicas.

A institucionalidade dos conselhos de políticas públicas, também, pode ser compreendida pelo viés do processo de descentralização política e financeira, que envolvido pelo momento de redemocratização do Estado e reconstrução do sistema federativo brasileiro, converteu uma nova lógica de administração e repasse de recursos aos governos subnacionais.

Conforme discute Martorano, (2011, p. 161),

A descentralização implica não apenas o esforço contínuo pela transferência do poder de decisão e de execução das instâncias superiores para as inferiores, como também o enfrentamento do complexo problema representado pelo tamanho de sua organização.

A descentralização das políticas públicas está intimamente ligada ao processo de Federalização que consiste em ser “um sistema de distribuição territorial de poder e autoridade entre as instâncias de poder”. Possui como marco legal a Constituição Federal de 1988 e garante à unidade nacional e às unidades subnacionais a mesma autonomia para atuar frente às ações públicas. Dividindo as responsabilidades, em se tratando de gestão política, sob os territórios, a nível federal, estadual e municipal. (ALMEIDA, 1996, p.14 apud SOUZA, 2010).

Este processo pode ser compreendido pela via da potencialização das regiões locais, no que tange desenvolvimento social, fortalecendo a participação social e controle social da sociedade civil para com o Estado. Para Spink (1999, p. 192).

A construção do poder local é um processo contínuo e sócio histórico de disputa conquista e de ressignificação. Passa atualmente por sua democratização e re-ancoragem num conceito de cidadania também em transformação e em relação a uma noção do local enquanto espaço subnacional.

De acordo com a autora Souza (2010, p.177), o processo de descentralização,

[...] é um dos princípios mais importantes e, estrategicamente, utilizados na definição desse novo pacto federativo. Somente dessa forma os municípios foram incorporados como entes autônomos da federação. Para o âmbito local passaram a ser transferidas novas competências e recursos públicos, capazes de fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas.

A autora Gohn (2003, p. 88) registra que “a legislação em vigor no Brasil preconiza, desde 1996, que para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus conselhos gestores”. Evidenciando assim, houve o surgimento e ampliação destes espaços após esta data a nível municipal.

Os Conselhos Gestores de políticas públicas existem como um meio de controle social da sociedade em relação ao Estado, tendo participação na proposição, fiscalização e tomada de decisões no que tange políticas públicas e sociais. Isto se sucedeu, principalmente após o processo de descentralização das políticas públicas, onde cada instância de governo, federal, estadual e municipal assumiram suas responsabilidades individuais atendendo a realidade de cada localização/ território.

Apesar disto, um componente vital das políticas públicas, o seu financiamento, continuou dependente da transferência de recursos federais, o que trouxe novos problemas de coordenação ao governo central. Assim, uma forma recorrente utilizada pelo governo para abordar este desafio foi a valorização do controle pela sociedade, principalmente por meio de conselhos locais gestores de políticas públicas [...] (GOMES, 2003, p. 9).

Para Gomes (2003), é papel dos conselhos se encarregar de efetivar constantemente o controle sobre os governantes, políticas públicas e seus respectivos resultados. A partir desta ideia é importante elucidar que com o processo de descentralização das políticas públicas, acarretando na potencialização do Poder Local, os conselhos se tornam ferramentas importantes para a efetivação de tais políticas, bem como na fiscalização de sua execução.

Além disso, os conselhos possibilitam a existência da democracia direta, quando implementam as conferências, e permitem a participação da população na discussão e na deliberação das prioridades para a área [...] as deliberações das conferências devem ser entendidas enquanto norteadoras da implantação das políticas e, assim, influenciar diretamente as discussões travadas nos conselhos. (BRAVO 2000 apud, MARTINS, 2010 p.193).

Os conselhos surgem assim, como uma forma de controle social⁴ da sociedade civil, com relação às decisões que dizem respeito à formulação, implementação e decisão sobre as políticas sociais. (MARTINS, 2010). Desta forma, [...] “os conselhos gestores tornaram-se instituições importantes no âmbito das políticas públicas”. (GOMES, 2003, p. 4).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação dos conselhos de direitos no Brasil representaram não apenas o marco legal de diversos direitos sociais, como também celebrou uma democracia entusiasmada e animada pela participação do povo.

Desta forma, a presença dos Conselhos no Brasil, de fato, ampliou a participação popular nas decisões no que tange a fiscalização, elaboração e implementação de políticas públicas, dando voz e vez a uma parcela da sociedade que até então só se via como telespectadora da agenda política. Estas novas instâncias de participação

⁴ Historicamente, a categoria controle social foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. É nessa acepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, ou seja, no seu sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Esta última concepção de controle social tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o aprofundamento do debate referente à democracia. (BRAVO, 2009, p.395 apud CARVALHO NETO, 2014).

obrigaram o Estado a partilhar o poder de decisão em torno da produção de políticas públicas.

Conceituar o que de fato significam os conselhos gestores de políticas públicas é um desafio para diversos autores da atualidade que se propõem a discutir sobre este espaço. Gomes (2003, p.10) irá apontar que:

Uma definição mínima de conselho municipal gestor de política pública como um colegiado institucionalizado, composto de um pequeno número de representantes do governo e da sociedade civil, estes designados democraticamente, que é responsável pela gestão de uma determinada política pública.

A autora Gohn (2003) traz a contribuição sobre três tipos de conselhos, presentes no período histórico do Século XX no Brasil, sendo eles: os *conselhos criados pelo próprio poder executivo* a fim de intervir na sua relação com os movimentos sociais e organizações populares; os *conselhos populares* criados pelos movimentos, organizações populares e sociedade civil organizada, visando estabelecer negociações com o poder público e por último os *conselhos institucionalizados*, que provocados pelas mobilizações e pressão da sociedade, constituem-se em espaços de participação na gestão das coisas públicas. Sendo este último o modelo no qual este texto tem por objetivo discutir.

Este espaço democrático, segundo Gomes (2003), representa uma nova oportunidade de participação da sociedade civil em sua relação com o Estado, propiciando à população ter acesso no processo de tomada de decisões referentes às coisas públicas, o que representa um grande avanço no formato de participação da sociedade civil, que agora também pode propor e decidir sobre as políticas públicas.

Incluir a participação da sociedade civil nas decisões que dizem respeito à gestão pública, é tornar cada vez mais democrático o processo de construção das políticas públicas, envolvendo os próprios usuários na formulação, proposição e implementação de tais políticas.

Os conselhos de políticas públicas como instâncias de controle democrático, possibilitam estabelecer uma nova forma de relação entre sociedade civil e Estado. Em suma,

Os conselhos são espaços estratégicos de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, proporcionando um processo de interlocução permanente, que ora objetiva a

proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debates públicos; e ora visa ao estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação, permitindo a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal para transformá-la, visando exercer o controle socializado das ações e deliberações governamentais. (RAICHELIS DEGENNSZAJH, 2000, p. 66 apud SOUZA, 2010, p.183).

É de suma importância compreender a criação de mecanismos viabilizadores da participação, pela ótica dos movimentos e reivindicações da sociedade civil, produzidos e consolidados no período de redemocratização. Entendendo estes espaços como conquista da própria sociedade civil, em sua busca pela participação ampla na gestão pública. (MARTINS, 2010).

A autora Tatagiba (2002) irá pontuar que a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais participou do processo de constituição dos conselhos, sendo envolvidos diretamente na definição de “alguns princípios” a serem observados quanto à execução destes espaços, sendo um deles “à obrigatoriedade da paridade na composição dos conselhos”, tendo o Estado e Sociedade civil o mesmo número de representantes. (TATAGIBA, 2002, p. 57).

Sendo assim, os conselhos consistem em espaços ocupados tanto pela sociedade civil, como pelo poder público, assumindo caráter, deliberativo e paritário. O principal objetivo destes espaços é o de discutir, elaborar e fiscalizar a política pública posta em discurso, atendendo as três esferas do governo – federal, estadual e municipal. (SOUZA, 2010).

O princípio de paridade nos conselhos é crucial para que dentro deste espaço haja uma construção democrática das políticas ali discutidas, tornando mais equilibrado o processo de deliberações sobre as pautas pontuadas. Mas cabe ressaltar que este princípio se esbarra no desafio de representatividade, partindo do suposto de que a igualdade no número de participantes da sociedade civil e poder público não garante exclusivamente o equilíbrio no processo de decisão. (TATAGIBA, 2002).

Os desafios postos aos conselhos são latentes e dificultam a efetivação deste espaço no âmbito de produção de políticas públicas desde sua origem até os tempos atuais. No que tange a relação simétrica entre estado e Sociedade civil, podem ser destacados principais entraves, como: a dificuldade dos conselheiros tanto da sociedade civil, como do poder público em lidar com a pluralidade; a relação com a sua entidade e por fim a capacitação dos conselheiros para suas funções, principalmente os que originam da sociedade civil. (TATAGIBA, 2002).

No que tange a capacitação dos conselheiros, a autora Tatagiba (2002), expõe,

O problema da falta de capacitação atinge de forma diferenciada os distintos atores que participam dos conselhos. Se o acesso às informações e o próprio conhecimento quanto ao funcionamento da máquina administrativa colocam os conselheiros governamentais em vantagem em relação aos representantes da sociedade civil, entre estes últimos, as diferentes capacidades também oferecem obstáculos à igualdade de participação nos processos deliberativos. (TATAGIBA, 2002, p. 70).

A dinâmica dos conselhos existentes, também esbarra no desafio de formulação de pautas coletivas e precisamente voltadas, para o objetivo de construir e consolidar políticas públicas, em contraponto a isto se tem visto a realização de interesses individualistas e corporativistas. (SOUZA, 2010).

Os motivos pelos quais levam os conselheiros a ocuparem cadeira nestes espaços são diversos, assim como a concepção sobre a política na qual o conselho está direcionado. [...] “Para muitos representantes da sociedade civil, estar nos conselhos é uma forma de conseguir mais recursos para suas entidades” não sendo levada em consideração a construção coletiva referente aos assuntos públicos tendo em vista cada área de atuação. (TATAGIBA, 2002, p. 58).

A autora Souza (2010) ressalta o risco de os conselhos caírem numa lógica burocrática e de rotinização do seu funcionamento. Tendo o poder executivo a tarefa de gerir estes espaços, tende-se a fragilizar a autonomia dos conselhos frente às interferências e diminuição das ações e decisões dos conselheiros por parte dos governos.

Em relação ao funcionamento dos conselhos, algumas dificuldades políticas devem ser levadas em consideração para reflexão sobre o tema. A primeira se dá quando o poder executivo municipal inviabiliza por meio da falta de recursos, o funcionamento do conselho muitas das vezes, e em alguns casos ignora as deliberações produzidas. Outro fato é o de serem escolhidos parentes e/ou amigos para ocuparem as cadeiras, dizimando assim a participação da comunidade nestes espaços. (MARTINS, 2010)

No que tange a participação efetiva nos espaços dos conselhos, outro fator considerado como desafio é o da decisão sobre os pontos de pauta pertencerem exclusivamente ao presidente, podendo isto ocasionar na restrição exclusiva sobre a distribuição de recursos. A dificuldade em reunir o quórum ao longo das reuniões “e a burocratização do conselho tendem a restringir sua ação e se refletem no seu posicionamento, por vezes tímido frente às questões relativas às políticas sociais”.

(SOUZA, 2010, p. 196). Estes desafios para a participação permeiam a realidade dos diversos conselhos existentes, sendo assim, entraves para uma real efetivação destes espaços.

Também nestes espaços, o desafio da participação é constante, tendo um esvaziamento latente tanto por parte da sociedade civil como pelo poder público, entendendo que “os conselhos não estão imunes a fenômenos como o do seu esvaziamento ou o da sua burocratização” (MARTORANO, 2011, p.164).

Os espaços dos conselhos se configuram primordialmente como conquista de direitos e fruto de lutas da sociedade. Os conselhos são uma importante ferramenta para a ampliação das políticas públicas em consonância com seus objetivos. Portanto, é crucial o fortalecimento da participação da sociedade civil e Estado nestes espaços, compreendendo ser uma corresponsabilidade entre estas duas partes.

Ainda cabe ressaltar que os desafios postos à legitimação dos conselhos podem e devem ser superados através da busca de soluções em conjunto e no interior destes espaços, que vise à efetividade contínua de participação, de modo que não se perca o que já foi conquistado.

É diante destes conceitos apresentados no que tange a participação da sociedade na produção de políticas públicas, que será dado o ponto de partida para a discussão sobre a participação da juventude na sociedade. Sendo esta a temática a ser tratada no próximo tópico deste trabalho, de forma a compreender este segmento da população como sujeitos de direitos, protagonistas e capazes de contribuir para a promoção das Políticas Públicas direcionadas diretamente a eles, bem como atuar na esfera da vida pública.

Em se tratando da temática dos conselhos de políticas públicas, temos no tempo atual, a presença dos conselhos de juventude nos âmbitos Estaduais e municipais. Estes espaços surgem com o objetivo de alavancar o protagonismo juvenil, já existente em outros espaços de participação, mas que agora se faz incisivo na formulação de Políticas Públicas de Juventude.

Ancorados na criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que criado no ano de 2005, nos autos do governo Lula, os conselhos de juventude representaram e ainda representam um significativo progresso no campo das

políticas públicas ofertada aos jovens no Brasil, acompanhados de um grande desafio: estimular a participação da juventude nestes espaços.

2.2 APRESENTANDO CONCEITOS ACERCA DA JUVENTUDE

A população jovem no Brasil assumiu e ainda assume várias conceituações ao longo das últimas décadas e em cada uma seu conceito estava atrelado e está ao momento histórico vivenciado pelo país. Mas, cabe ressaltar que não é interesse deste tópico, introduzir um conceito principal sobre o que é ser jovem, mas sim trazer a discussão de que juventude não se define, mas pode ser analisada através de diversos fatores, sejam eles, biológicos, sociais ou psicológicos.

A categoria juventude tem sido alvo de grandes debates e discussões teóricas, nos últimos anos. Caracterizar a juventude não é tarefa fácil e nem intencional, pois se trata de um segmento que possui várias expressões, estilos e formas de se apresentarem ao mundo. Pode-se considerar então que:

Em geral considera-se juventude o período de transição que vai da juventude a vida adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e a maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia dos indivíduos, com independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e reprodução da vida ainda são considerados socialmente maduros para desempenhar essas funções. Pode se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade, trajetórias juvenis mais ou menos definidas, mas em constante mutação (CALIARI, Apud WAISELFISZ, p.11, 2007).

Pode-se desenvolver a definição de juventude a partir de vários elementos, como: pela faixa etária, um período da vida, um grupo específico, categoria social ou por uma geração. Mas cabe salientar que todas essas concepções estão atreladas de alguma forma, a um ciclo da vida, que passa pela infância e a maturidade. (LEÓN, 2005).

Em uma primeira aproximação da categoria juventude, tem-se a definição por corte da faixa etária, definindo como jovem o indivíduo que possui entre 15 e 29 anos de idade. Vale salientar que esta concepção está selada com a promulgação do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei federal Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013.

A questão etária se faz importante para compreender e delimitar o grupo no qual se discute, mas não é o fator mais relevante. Alguns autores pontuam que este significado pode variar de acordo com a realidade social imposta ao jovem. O autor León (2005), por exemplo, sinaliza que a juventude rural não possui a mesma significação etária que um jovem que vive na cidade grande, como também os jovens da periferia, não possuem o mesmo que os jovens de altos padrões econômicos. Desta forma, [...] “não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os setores e todas as épocas: a idade se torna somente um referente demográfico” (LEÓN, 2005, p. 13).

A ideia de que a palavra juventude é utilizada para distinguir uma etapa da vida e se tratar de um grupo da sociedade que se mantém em constantes mudanças, pensando assim é importante colocar em voga o desafio de conceituar esta categoria. (RABAT 2002).

De acordo com Dayrell (2003), as múltiplas imagens da juventude percebíveis no cotidiano interferem diretamente no nosso olhar do que é ser jovem. O autor apresenta uma definição do jovem como uma fase temporária e que o adulto é a soma das experiências na juventude.

Esta concepção está atrelada à expectativa criada para o jovem, assumindo uma ótica negatizada, pois é levado em consideração apenas o seu processo de formação e busca de conquistas eximindo a sua singularidade, afirmação pessoal e maturidade. Em consonância com esta concepção, Coimbra e Nascimento (2003) escrevem que na sociedade capitalista, predominantemente o jovem é visto como “ser em formação, em crescimento, em desenvolvimento”. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.19).

Ainda nesta direção, os autores Souza, Lima e Pinheiro (2006) irão ressaltar que pensar na juventude apenas pelo seu aspecto de transição para a vida adulta é um dos principais entraves para que as políticas Públicas de Juventude possam de fato responder as demandas juvenis.

O autor Dayrell (2003), referenciando os autores Leccardi (1991) Abramo, (1994) e Feixa (1988), traz ainda a imagem de juventude cristalizada nos anos de 1960 no Brasil, como uma fase de experimentações, liberdade, marcada por atitudes excêntricas e irresponsáveis. Esta concepção estava ligada na época ao

afloramento da indústria cultural, tendo a juventude como uma isca do mercado, através de diversos produtos direcionados a eles. Este autor ainda aponta outra imagem de juventude como uma fase difícil, bombardeada por conflitos pessoais que envolve a autoestima e personalidade.

Os autores Souza, Lima e Pinheiro (2006, p.10) expressam que “em geral a juventude é caracterizada como o tempo ou período do ciclo da vida, no qual os indivíduos atravessam da infância para a vida adulta”. Nesta passagem, assumem grandes mudanças nos aspectos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, de acordo com as experiências vivenciadas em cada sociedade, época histórica, cultura e etnia.

León (2005) expõe que a categoria juventude recebeu inúmeros significados sendo considerada tanto por um “estado de ânimo como para qualificar o novo e atual”. Com relação a este conceito é preciso considerar as diversidades que permeiam este grupo, tendo o autor lançado uma importante reflexão: “desde quando começamos a construir uma definição de juventude sem que as diferenças de classes sociais e os contextos sócio-culturais” interferissem na conceituação das juventudes? (LEÓN, 2005, p.13).

Sobre isso, os autores Coimbra e Nascimento (2003) consideram algumas características tipicamente do jovem, como: “entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção” e timidez e ressalta que este conjunto de atribuições representa um estado de alegria entusiasmo. Estes mesmos autores problematizam o fato de esta conceituação está ligada a apenas alguns setores sociais, não enquadrando o jovem pobre nesta concepção. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.20).

Para o autor León:

A definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. (LEÓN, 2005, p. 14).

Os autores Esteves e Abramovay (2007) afirmam que a partir da realidade social, tem-se não apenas um tipo de juventude, mas sim diferentes grupos de jovens que constituem um “conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades”. Desta forma, pensamos a

categoria juventude como uma construção social no sentido de ser produzida por uma determinada sociedade a partir das múltiplas formas de ver a juventude. Isto se debruça, em “entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo”. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

Nesta perspectiva de construção social, é importante trazer alguns momentos históricos em que a juventude foi conceituada pela sociedade. Na década de 1950, a juventude era vista, como delinquentes, perigosos, representando riscos à sociedade em geral, esta concepção esteve atrelada ao crescente número de “atos de delinquência juvenil”. Nos anos de 1960 a 1970 a juventude passou a representar uma ameaça à ordem social em seus fatores político, moral e cultural da época. Isto em função dos coletivos de jovens que se organizaram contra o autoritarismo do Estado, como por exemplo, o movimento estudantil e *Hippie* que foram aflorados neste contexto histórico. (ABRAMO, 1997 p. 30).

O momento histórico dos anos 60 e 70, onde se houve uma profunda participação da juventude no aspecto revolucionário, em prol de mudanças no país, modelou uma positiva conceituação desta categoria, entendendo-a como criativa, idealizadora, revolucionária chegando até em se tornar um modelo perfeito de juventude. Mas em contraponto a esta ideia, nos anos de 1980 a juventude passa a ser vista como patológica, oposta a visão dos anos 60, pela apatia, consumismo, conservadorismo, por fora das questões políticas. (ABRAMO, 1997).

O autor Dayrell (2003) se dedica a compreender a juventude como sujeitos sociais, em um sentido amplo e repleto de cuidado ao tratar esta categoria sob esta perspectiva. O autor acredita que antes de qualquer definição que seja realizada a juventude é importante analisá-los sob a ótica de sujeitos sociais, pois implica em sujeitos que possuem uma família e estabelecem relações sociais com o meio em que vive se transformando e transformando o mundo ao seu redor. Talvez esta concepção sinalize uma forma positiva de perceber a juventude no contexto social em que se vive atualmente.

Entender a juventude por uma única concepção é negar as várias possibilidades de ser e pensar sobre o que é ser jovem, por tanto não é de interesse definir e classificar os variados grupos de jovens, mas sim fomentar o discurso da pluralidade

existente dentro deste segmento, e a importância de pensar políticas públicas destinadas aos jovens sob esta perspectiva.

2.2.1 O pano de fundo das políticas públicas direcionadas à juventude no Brasil

O período de reconstrução do Estado Democrático no país, após a vivência de um regime autoritário, alavancou as iniciativas populares em incidir por meio da participação na produção de políticas públicas.

As políticas públicas e sociais nascem, assim, como uma forma de mediar os conflitos presentes na sociedade e em resposta, na maioria dos casos às lutas e movimentos sociais, fruto da mobilização da sociedade civil, que historicamente já conquistou vários direitos, tendo como marco destas conquistas, a promulgação da Constituição Federal de 1988.

As políticas públicas e sociais estão diretamente ligadas à questão social, políticas e econômicas contidas no país e é importante ressaltar que com a formulação da Constituição Federal de 1988 estas políticas se tornam responsabilidade do Estado. (BRAVO, 2010).

Nos últimos anos no Brasil, tem-se notado um alargamento das políticas públicas e sociais em todos os níveis de atuação, não podendo se omitir a lógica neoliberal que acompanha este processo desde o início da década de 1990 com bruscas reduções nos gastos com o social. Posto isso é importante elencar que a intenção das políticas públicas, frente ao neoliberalismo é um latente desafio por parte dos seus executores e da sociedade. (ALENCAR, 2010, p. 67).

As políticas públicas de juventude não estão imunes a este fato e, vale ressaltar, que os desafios que a cercam vão para além da execução. Sendo colocado sempre em voga o florescer tardio de tais políticas frente a crescente demanda deste público que representa atualmente, segundo dados do IBGE (apud MACEDO, 2013), 51 milhões da população total do país, de acordo com o censo demográfico de 2010.

Mas aqui caberá discutir a origem das políticas públicas de Juventude no Brasil. Salientando que ainda estão passando por um processo de reconhecimento e solidificação no país. Pensa-se que isto se dá pelo reconhecimento tardio deste

segmento por parte do governo e sociedade como sujeitos de direitos e demandantes de políticas públicas universais e específicas.

É de extrema importância considerar o fato de que ao se tratar de juventude, é preciso levar em consideração, os diferentes olhares, pelo qual esta população pode ser observada. O rol de políticas públicas de juventude perpassa pelos diferenciados conceitos acerca da juventude, que precisam ser analisados sob a perspectiva de singularidade de cada indivíduo, entendendo-os como sujeitos que vivenciam “diferenças de condição social, raça, etnia e gênero” (FRAGA; LULIANELLI, 2003 p.11).

Nota-se que o interesse pela temática Juventude vem se expandindo ao longo das últimas décadas, tornando o universo juvenil um campo de profundas análises por parte dos interessados em estudar o tema. É significativo todo o esforço em aprofundar as pesquisas a cerca do segmento juvenil, reconhecendo-os como sujeitos demandantes de políticas públicas, de direitos universais e específicos.

Esta categoria ganhou relevância nos anos de 1980, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Juventude. Isto significou uma importante conquista, mas não o fim das questões que perpassam pela juventude. Este reconhecimento da ONU, sobre a importância de se discutir juventude e criar responsabilidades para com este grupo, esteve ligado na época, entre outros fatores, ao fato de um grande número de jovens estarem concentrados em países subdesenvolvidos. (FRAGA; LULIANELLI, 2003).

Neste período histórico, o país sob a lógica da mundialização do capital e um estado de crise econômica, se preocupa em formular programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para adequar o país à nova ordem econômica. Pensa-se que este momento de reajustes econômicos vividos pelo país acarretou em um saldo negativo para as questões sociais, tendo tido poucos investimentos com o social (ALENCAR, 2010).

Para o mundo do trabalho esta onda de reestruturação do capital impactou em profundas mudanças e rebatimentos no que tange as formas de ingresso no mercado formal, tendo o trabalho sido estruturado em empregos assalariados, mas com um reduzido número de pessoas ingressas neste quadro de empregos. Por

outro lado por volta da década de 1990, o país presenciou um alto índice de desempregos e precarização das condições de trabalho (ALENCAR, 2010).

O legado que o país assumiu deste período histórico, entre os mais significativos, foi o de uma profunda arena de desigualdades sociais que vem a penalizar os mais empobrecidos e em desvantagem sociais em relação aos diferentes grupos da sociedade expandindo junto com este processo a exclusão social. (ALENCAR, 2010).

Na década de 1980 emergiu uma nova noção de cidadania no Brasil, forjada pelas lutas dos movimentos sociais por liberdades democráticas e garantias de direitos. O processo constituinte de 1988, além de alterar as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos, provocou um verdadeiro efeito cascata nas Constituições Estaduais, nas leis orgânicas municipais e em sua própria regulamentação legislativa. Esse novo ordenamento, além de incorporar agenda universalista de direitos e proteção social, trouxe como marca exigências legais da participação na formulação de políticas e gerenciamento da coisa pública, acenando, assim, com possibilidades de construção partilhada e negociada de uma legalidade que se orientava para a conciliação entre democracia e cidadania. (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005 p. 199).

Desta forma, pensa-se ser imprescindível analisar as políticas públicas direcionadas a juventude sob uma perspectiva histórica, aonde vem sendo galgadas com uma lógica de atender o público juvenil em suas múltiplas demandas, mas isto sem escapar dos resquícios deixados pelo passado recente, em seus aspectos políticos e econômicos.

2.2.2 A inserção da juventude na agenda de políticas públicas

No que tange as políticas públicas de juventude é importante considerar que o Brasil, diferentemente de outros países, não teve uma tradição de políticas direcionadas especificamente para a juventude (ABRAMO, 1997).

A construção de políticas públicas específicas para a juventude no Brasil se deu de forma tardia e é importante dizer que mesmo com os avanços e conquistas advindas, dentre outros fatores, das lutas dos coletivos juvenis, ainda se tem muito que avançar. Estas políticas “são recentes e pouco consistentes.” o que torna os estudos e pesquisas em torno dessa temática extremamente relevante. (BRENNER, CARRANO, LÂNES, 2005, p. 200).

Ressalta-se que as políticas e a discussão em torno dos aspectos que envolvem a juventude são recentes. [...] “Constata-se que o Brasil somente inicia este debate

mais intenso e organizado em meados da década de 1990, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude”. (CONJUVE, 2011, p. 31).

Os autores Brenner, Carrano e Lânes (2005) apontam três períodos importantes para compreensão das ações governamentais para o público juvenil, sendo eles: a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990; o segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso e o início do governo Lula.

A Constituição Federal trouxe uma nova noção de cidadania e participação, influenciada pelos diversos movimentos sociais e lutas coletivas, envolvendo a sociedade na formulação de políticas públicas através dos espaços institucionalizados dos conselhos de políticas públicas (BRENNER; CARRANO; LÂNES, 2005).

É nesta perspectiva de direitos e mobilização social que o ECA foi criado, rompendo com a antiga legislação (Código de Menores de 1979), trazendo novos parâmetros para formular políticas específicas para a criança de 0 a 12 e adolescente de 13 a 18 anos. Desta forma a juventude acima de 18 anos, não teve amparo e proteção legal nesta legislação, seguindo sem políticas públicas específicas que compensasse os danos causados pelo desenvolvimento desigual da sociedade brasileira, que abarcou principalmente as parcelas de juventude empobrecidas. (BRENNER; CARRANO; LÂNES, 2005).

A discussão em torno da juventude e política pública ganha foco quando a Organização das Nações Unidas (ONU) retomou este tema como ponto de pauta e instituiu o ano de 1985 como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”, destacando assim o importante papel da ONU em provocar e obrigar os governos nacionais a investirem na juventude, entendendo as necessidades desta parcela da população e importância para o desenvolvimento de uma nação. (CONJUVE, 2011).

As políticas públicas demandantes deste segmento da sociedade ganharam nos últimos anos, grande repercussão, se tornando alvo de várias pesquisas e estudos, por parte científica ou até mesmo dos técnicos executores da política. Demonstrando assim a grande peculiaridade que existe no universo jovem e a extrema importância de existir iniciativas públicas que ofertem a este público

oportunidades e direitos historicamente negados. Como revela os autores Brenner; Lânes e Carrano (2005, p. 195):

Dentro do quadro global de desigualdades sociais no Brasil, os jovens se apresentam hoje como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais historicamente sonogados.

No Brasil, consta que os jovens foram alcançados por muito tempo por políticas sociais que atendiam as demais faixas etárias da população, e tais políticas eram geridas sem a compreensão da categoria juventude em sua particularidade e o que eles representariam para o futuro do país. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

É somente a partir da segunda metade da década de 1990 que podem ser vistas algumas iniciativas governamentais que atendam especificamente a juventude, sendo importante deixar claro que esta preocupação se deu devido à visibilidade da juventude a partir do cenário de violência que vinha crescendo na época (SPOSITO, 2007).

Mas, é importante se considerar que as produções sobre a juventude de modo particular são recentes, tendo permanecido por muitos anos os estudos da juventude apenas em seu aspecto demográfico. O fomento do debate a cerca das condições de vida da população juvenil no país é relativamente muito atual, “tendo se intensificado nos anos 1990, com algum rebatimento na formulação de políticas públicas para o segmento”. (CAMARANO et al, 2004, p 14).

Desta forma as ações voltadas para a juventude, sobretudo em 1990, são frutos do “reconhecimento de que alguns problemas afetam expressiva parcela da população jovem” sendo usualmente utilizada para esta realidade a categoria *risco social*. (SPOSITO; CARRANO 2003, p. 21, grifo do autor).

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras (SPOSITO; CARRANO, 2003 p. 21).

Segundo estudos da UNESCO (2006), os jovens aparecem com destaque em estatísticas negativas, como, violência desemprego, gravidez precoce, falta de acesso a serviços, como atividades culturais, cinema e teatro, dentre outros.

Pensa-se então, que a maior parte das iniciativas de programas, ações e projetos para a juventude por parte do Estado, estão atreladas as diversas mazelas vividas por este público, em se tratando dos jovens de baixa renda, que estão mais vulneráveis a situação de pobreza, desemprego, violência. Estas mazelas tornam a existência de ações públicas governamentais, indispensáveis e cruciais no processo de transformação social deste segmento da sociedade.

Sobre as políticas voltadas à juventude nos anos 90,

[...] o conjunto de programas e projetos que atingia os jovens não se constituía como uma verdadeira política pública, mas, sim, como um certo “estado de coisas” que não conseguiu alçar a condição de problema de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública. Rua (1968 apud BRENNER; CARRANO; LÂNES, 2005, p. 200),

As primeiras ações públicas destinadas aos jovens puderam ser vistas somente no final dos anos 1990 com o mandato de FHC, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil. Foram identificados no final do ano de 2002, 33 programas governamentais, sendo que 18 desses programas foram criados no segundo mandato de FHC.

Entre 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não se possa falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base nas idéias de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude. Em geral, o debate em torno da formulação dessas políticas foi permanentemente influenciado pelo tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas. (CLEMENTINO, 2009, p. 71)

Estas iniciativas ainda se encontravam sem consistência conceitual e programática, assumindo caráter focalista sendo direcionadas apenas aos jovens tidos como vulneráveis e em risco social, utilizando para tanto indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para delimitar o público de tais ações, isto põe em segundo plano o investimento social em políticas universais que garantam direito à toda extensão de jovens (BRENNER; CARRANO; LÂNES, 2005).

Desta forma, pensa-se que as ações direcionadas a juventude no contexto do governo de FHC, sinalizaram que tais ações se apoiavam no pensamento de

juventude como problema e risco social estando longe do objetivo de ofertar políticas públicas para as juventudes, de acordo com suas especificidades e direitos.

Brenner, Carrano e Lânes (2005) apontam que o início do governo Lula em 2003, não traz a pauta de juventude como prioridade, não dando conta de suprir as ausências inconsistentes e fragmentações dos governos anteriores. Somente após 10 meses de mandato que se houve a primeira iniciativa de criar uma ação destinada aos jovens, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens (PNPE).

Desde o princípio do governo Lula, diferentes setores sociais, acadêmicos e políticos, que já vinham se envolvendo com o debate sobre a juventude e suas políticas, muitos desde a década de 90, se lançaram na arena pública buscando pautar a agenda política com a necessidade da garantia de direitos para a população jovem e a execução de políticas públicas consequentes (BRENNER, CARRANO; LÂNES, 2005, p. 201).

O governo Lula, herdou alguns desafios de extrema importância e de difícil equilíbrio do governo antecedente. Tendo a responsabilidade de contribuir para uma compreensão ampla a cerca da juventude na sociedade brasileira, traduzindo isto em esforços para a ampliação de políticas públicas que entendam o não cumprimento de direitos negados historicamente, bem como se abrir para novas ações que contemplem novos direitos para a juventude. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Logo nos primeiros dois anos de governo Lula, alguns processos que tiveram abrangência nacional podem ser citados como percussores de uma nova agenda de políticas públicas para a juventude no Brasil: Projeto Juventude do Instituto Cidadania; Comissão Especial de Políticas Públicas na Câmara dos Deputados (CEJUVENT) e o grupo Interministerial de Juventude. (BRENNER; CARRANO; LÂNES, 2005).

A autora Sposito (2007) sinaliza que em âmbito do poder Legislativo Federal, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, criada em 2003, realizou a partir deste referido ano, várias audiências públicas e promoveu duas conferências nacionais. A primeira realizada em 2004 e a segunda em 2006, ambas ocorridas em Brasília, contaram com a participação de diferentes coletivos juvenis e organizações não governamentais. Esta comissão elaborou a proposta de um Plano Nacional de Juventude chegando até a discutir sobre a possibilidade de ser criado um instrumento legal, chamado de Estatuto da Juventude.

No ano de 2003, é criado pelo Instituto Cidadania, o Projeto Juventude. Este projeto assumiu o compromisso de elaborar um diagnóstico da juventude brasileira apresentando propostas de diretrizes para nortear a formulação de Políticas Públicas de Juventude. A redação deste trabalho foi fruto de vários encontros ocorridos na cidade de São Paulo, reunindo organizações juvenis, especialistas, forças partidárias e sociedade civil organizada, além destas reuniões também foram realizadas reuniões regionais a fim de escutar os jovens ampliando o debate sobre as políticas públicas de juventude. (SPOSITO, 2007).

No ano de 2004 também é criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por examinar as ações do governo em andamento direcionadas à juventude, de modo a produzir um relatório capaz de mapeá-las e apresentar o quadro de iniciativas dos diversos ministérios. (SPOSITO, 2007).

Em 2005, são criados a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), sendo importantes mecanismos para a solidificação das políticas públicas, destinadas para os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, incluídos no Plano Nacional de Juventude. A SNJ, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, tem por tarefa “articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens” (SPOSITO, 2007 p. 12). O CONJUVE, com caráter consultivo, tem como principal tarefa fomentar o discurso e provocar diretrizes para subsidiar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), com caráter emergencial, direcionado aos jovens com idade de 18 a 24 anos, fora da escola e do ambiente de trabalho. (SPOSITO, 2007).

É fato que nos anos correntes do governo Lula a pauta de Políticas Públicas de Juventude assumiu importantes conquistas impulsionando a consolidação de uma proposta de fazer políticas de/para/com a juventude⁵. Assim,

[...] políticas ou programas de/para/com jovens devem ser formatados a partir de seu envolvimento compreensivo, contando com espaços de participação juvenil nos processos de tomada de decisão. Uma das formas efetivas de iniciar este processo é estabelecer esferas de consulta pública com a participação dos jovens (UNESCO, 2004, p. 69).

Entende-se que este é um objetivo da UNESCO, que tende a ser muito eficaz para uma Política de Juventude, mais próxima da realidade de seu público alvo.

⁵ Esta ideia foi extraída do texto: UNESCO. Políticas Públicas De/Para/Com as juventudes. Brasília, 2004.

Envolver a própria juventude no processo de construção de suas políticas públicas pode ser a ferramenta mais inovadora para consolidação e eficiência das políticas de juventude, reconhecendo seu surgimento tardio na agenda política assumindo assim desafios que vão de encontro com uma gama de juventudes, demandantes de tais políticas e que precisam ser analisadas de acordo com suas especificidades.

É importante ressaltar que o despertar da juventude para o envolvimento nas ações públicas não se deu de forma tímida e nem pode ser dissociada do histórico de lutas e participação da sociedade como um todo. A participação da juventude nos movimentos sociais e estudantis não é recente no Brasil. Nota-se a participação deste setor em diferentes espaços e ainda mais latente no período da Ditadura Militar, com os movimentos estudantis, articulações de esquerda, bem como nos movimentos conservadores em oposição à esquerda.

De acordo com Caliari (2009, p.86):

Houve também, grande participação dos jovens na Primeira e Segunda República, através, principalmente de diversos movimentos, campanhas e passeatas. Aos poucos foram surgindo, no início do século XX, diversas entidades que buscavam congregar e representar os jovens brasileiros em suas lutas. [...]

Ao se referir à participação da juventude é importante trazer o conceito de protagonismo juvenil, que está presente no discurso das políticas públicas de juventude no cenário atual. “A participação juvenil afirma-se assim como um referencial de análise para as políticas públicas da juventude no Brasil” (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 415). Desta forma,

[...] a importância de se escutar as pessoas jovens no momento da definição de uma política pública de juventudes não pode ser subestimada. Uma política nacional de juventude que não reflita as visões, preocupações e desejos dos jovens se distanciará de seu objetivo primordial, e com o tempo, cairá no esquecimento, pois não contará com apoio. Assim, políticas ou programas de/para/com jovens devem ser formatados a partir de seu envolvimento compreensivo, contando com espaços de participação juvenil nos processos de tomada de decisão. Uma das formas efetivas de iniciar este processo é estabelecer esferas de consulta pública com a participação dos jovens. (UNESCO, 2004, p. 69).

Esta intenção da UNESCO contempla a participação da juventude na elaboração de políticas voltadas a ela, tendo a oportunidade de expressar suas ideias e serem ouvidos, sendo estabelecido um diálogo entre governo e juventude, a fim de que suas percepções influenciem no formato dos programas desenvolvidos nas diferentes áreas, sendo criados espaços de participação que visem à valorização, visibilidade e credibilidade da juventude nas diversas esferas. (UNESCO, 2004).

Desta forma, de acordo com este ideal da UNESCO de construir políticas públicas, de /para/com a juventude, temos no cenário atual de ações voltadas para a juventude no Brasil, um importante mecanismo que viabiliza a interlocução da juventude com seus governantes, bem como sua participação na provocação de políticas públicas: o CONJUVE.

Este conselho, desde a sua criação no de 2005, provocou a abertura de conselhos estaduais e municipais de juventude por todo o país, sendo registrado em 2010 a presença de 105 conselhos municipais e estaduais no Brasil, representando um quantitativo importante, mas que ainda precisa ser reavaliado, visto o número de municípios presentes no Brasil. (CONJUVE, 2010).

2.3 O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE E A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE

Vale retomar neste tópico de maneira breve a discussão sobre a criação dos espaços dos conselhos que impulsionados pela Constituição Federal de 1988 visaram a participação da sociedade na formulação proposição e fiscalização das políticas públicas. Este espaço também se tornou um ambiente de diálogo entre sociedade civil e Estado.

No ano de 2005, no governo Lula, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude, provocando então a criação dos conselhos estaduais e municipais de juventude. Esta foi considerada uma significativa conquista no que tange políticas públicas de Juventude. (CONJUVE, 2010).

Pensa-se que no contexto da necessidade de ampliação de políticas públicas direcionadas ao público jovem no Brasil, o Conselho Nacional de Juventude celebra uma importante conquista e desafio para a juventude, que passa a ser vista como sujeito político e protagonista.

Diante do contexto sócio histórico em que se localizam as políticas públicas de juventude a criação do CONJUVE, e conseqüentemente a ampliação deste espaço a nível Estadual e municipal, se constituem como um caminho importante de fortalecimento das políticas de juventude no Brasil e o fomento da participação juvenil. (CONJUVE, 2010).

Este conselho foi criado em fevereiro de 2005 pela Lei 11.129, representando um importante espaço de diálogo entre sociedade civil, governo e a juventude brasileira. Constitui-se como um órgão consultivo, tendo o objetivo de assessorar a SNJ na tarefa de formular diretrizes que norteiem as ações governamentais para a juventude, dentre outros objetivos, também é responsável por assegurar que Política Nacional de Juventude do governo, seja orientada pelo entendimento da juventude como sujeitos de direitos ampliando os espaços de participação (BRASIL, 2006).

A composição do CONJUVE consiste em poder público e sociedade civil, seguindo o princípio de paridade. Sendo que a sociedade civil possui dois terços da representatividade total do conselho, sendo a maior parcela, e participam através de entidades, movimentos sociais, redes de jovens, organizações não governamentais que possuem trabalhos voltados para os diversos segmentos juvenis, bem como especialistas que se dedicam a estudar sobre a temática da juventude. Também estão presentes neste espaço, representando o poder público, os diferentes ministérios que possuem ações voltadas à juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais, como também da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude (BRASIL, 2006).

Cabe ressaltar que a atuação deste conselho desde a sua criação tem tido papel fundamental na construção de uma concepção de juventude como sujeitos sociais e de direito, em detrimento da ideia de tutela e problema social que acompanhou a entrada da juventude na agenda política. Desta forma o CONJUVE, tem se legitimado como um espaço de fomento e mobilização de suma importância para consolidar o tema da juventude na agenda política do país. (CONJUVE, 201-)

É importante sinalizar a presença dos conselhos municipais e estaduais de juventude, impulsionados pela criação do CONJUVE, sendo uma experiência bem recente e inovadora no que tange a comunicação entre a juventude e os elaboradores das políticas públicas específicas deste segmento. (CONJUVE, 2010).

Estes conselhos podem possuir caráter consultivo e/ou deliberativo, podendo tanto recomendar e sugerir como devem ser as diretrizes e pretensões orçamentárias e em torno das políticas quanto determinar de fato como devem ser tais programas e políticas. Neste caso o CONJUVE, nasce com caráter apenas consultivo. (BRASIL, 2006).

No Brasil já foram identificados 105 conselhos estaduais e municipais de juventude, isso de acordo com o mapeamento realizado pelo CONJUVE no ano de 2010. Destes conselhos, grande porcentagem pertence à região Sudeste do Brasil, sendo 47%, no que diz respeito a existência destes conselhos, a pesquisa revela que o tempo de existência destes espaços varia entre um e cinco anos, pouco mais da metade possui função deliberativa sendo 58%. Este levantamento também traz que o maior desafio destes conselhos é a falta de orçamento, acompanhado de pouca participação e disposição dos conselheiros em participar das atividades, em contraponto, aponta também que os principais impactos destes conselhos podem ser percebidos pela melhoria das políticas públicas de juventude e a mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais envolvendo a juventude (CONJUVE, 2010).

Dentre as principais competências que o CONJUVE assume, é importante destacar: a realização de estudos, promoção de debates e pesquisas sobre a realidade da juventude a fim de contribuir para elaboração das políticas públicas; articulação com os conselhos municipais e estaduais de juventude e outros conselhos setoriais, para fortalecimento destes espaços e busca de estratégias similares de implementação de políticas públicas de juventude; apresentação de propostas de políticas públicas e outras ideias que visem assegurar e ampliar os direitos dos jovens. Estas competências fazem parte do funcionamento e dinâmica deste conselho. (CONJUVE, 2010).

Este conselho vem produzindo nos últimos anos importantes documentos que servem para nortear e dar um novo aspecto as políticas públicas de juventude, bem como estimular a participação da sociedade civil e juventude neste espaço. Dentre eles os Guias de Políticas Públicas e os balanços de gestão, se destacam por trazer conhecimento e mapeamento de todas as ações públicas voltadas para a juventude, seus aspectos, demandas, bem como apresentar os resultados da atuação do conselho, revelando e intensificando a importância que este espaço tem para as políticas públicas de juventude (CONJUVE, 2007).

No primeiro balanço de gestão produzido pelo CONJUVE, estão presentes importantes reflexões sobre a importância, efetivação e desafios presentes neste espaço frente ao cenário político do país.

Em primeiro lugar, este balanço reflete sobre a necessidade de reconhecer os conselhos de políticas públicas, neste caso o CONJUVE, “como parte integrante do poder executivo”, sendo crucial a disponibilização de recursos orçamentários, na viabilização de seu pleno funcionamento no caso de capacitações dos conselheiros, custeios para as atividades desenvolvidas, dentre outros gastos. Na maioria dos casos contata-se a fragilidade neste apoio de infraestrutura. Isto se reflete em alguns dos principais questionamentos sobre o papel dos conselheiros, no que toca o poder dos conselheiros em incidir nas políticas, o caráter consultivo ou deliberativo que ele assume e por fim a importância da qualificação dos conselheiros para desempenharem suas funções. (CONJUVE, 2007 p.19).

Um fato apontado pelos conselheiros e que chama atenção é o fato de o conselho ser consultivo, para eles isto não dá condições do conselho atuar na definição de políticas e orçamento destinado para realização de tais políticas (CONJUVE, 2007).

No que tange o caráter consultivo do conselho, após intensos debates entre conselheiros e conselheiras contatou-se que a maioria destes, acreditam ser de extrema importância o CONJUVE se tornar também deliberativo, expressando diferentes conceitos do que poderiam ser os objetos dessa deliberação. Acredita-se ser uma perspectiva que este conselho se torne em curto prazo deliberativo. (CONJUVE, 2007).

Por fim este balanço traz a reflexão sobre a participação dos conselheiros nas reuniões, ressaltando que houve esforço por parte da direção do conselho em mobilizar os gestores a participar do CONJUVE, e de que os conselheiros participantes contribuísem para as atividades desenvolvidas ao longo do ano. Mas apontam a ausência total de alguns representantes, tanto da sociedade civil como por parte do governo, como um grande problema, sendo que a maioria dos faltosos são do poder público. (CONJUVE, 2007).

Outro balanço de gestão, mais recente, produzido pelo CONJUVE, aponta que alguns desafios foram superados, e que muito se caminhou no que tange a efetivação de suas competências. Este relatório abarcou a gestão de 2010 a 2012.

As principais conquistas desta gestão e que merecem reconhecimento se deram pela reedição do Pacto Pela Juventude, que elaborado em 2008, buscou o comprometimento do poder público e sociedade civil com a efetivação das 22

resoluções tiradas da I Conferência Nacional. Seguindo da produção da II Conferência Nacional de Juventude; o fortalecimento da rede de conselhos Estaduais e Municipais e a tramitação e aprovação de marcos legal para a juventude: Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude. (CONJUVE, 201-)

Desta forma, mesmo que o CONJUVE venha assumindo desafios e dificuldades para sua inteira efetividade, não pode ser deixado de vista a importância deste espaço para a promoção da participação juvenil, entendendo os jovens, como sujeitos de direitos políticos e capazes de interferir e provocar novos arranjos de políticas públicas para sua população.

Pensa-se que as apostas lançadas neste conselho desde sua criação, foram atendidas, podendo destacar a continuação destes espaços á nível estadual e municipal, à medida que já podem ser visualizados, em vários municípios e estados brasileiros a criação de conselhos de juventude, pensando-se a política em âmbito local, indo de encontro com as diversas realidades e demandas específicas da juventude brasileira.

O COJUVE foi um importante marco no cenário de políticas públicas direcionadas a juventude no governo Lula e é crucial para o entendimento de jovens como protagonistas de suas próprias políticas. Desta forma, o avançar das ações provocadas pela atuação deste conselho, simboliza para juventude um ganho muito importante, tendo em vista que suas políticas e sua inserção nos debates políticos sucedeu-se de forma lenta e processual, este conselho vem a contribuir para perpetuação da juventude no cenário de políticas públicas.

O Conselho Municipal de Juventude da Serra nasce no mesmo ano da criação do CONJUVE e assume a mesma importância e por vez as mesmas competências e também desafios para a consolidação das políticas públicas e protagonismo juvenil. Desta forma este trabalho buscou desvelar de maneira analítica como foi a atuação deste conselho na gestão de 2009 a 2011, importando descrever a participação dos conselheiros nas reuniões, ordinárias e extraordinárias, partindo do pressuposto de que quanto mais participativo for o colegiado do conselho, melhor será a realização de suas competências. Também se buscou conhecer e evidenciar as principais pautas discutidas e deliberações realizadas, a cerca da Política Pública de Juventude.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa visou contemplar a temática de conselhos gestores de políticas públicas, sendo delimitado o Conselho Municipal de Juventude do município da Serra como campo de pesquisa. A escolha deste campo se deu através da minha inserção como conselheira titular representante da sociedade civil, no segmento ensino superior no mandato em vigência, que compreende os anos de 2012 a 2014.

Após a experiência de participar do CMJS, espaço de construção democrática de políticas voltadas para a juventude do município da Serra, surgiu um profundo interesse em analisar o que vem sendo discutido por este conselho desde antes a gestão na qual faço parte, sendo escolhida a gestão de 2009 a 2011, sendo este o segundo mandato do CMJS.

Este conselho foi criado no ano de 2005 pela Lei 2919 e tem como objetivos: estudar, elaborar, analisar, aprovar e propor políticas que permitam a integração e a participação do jovem no processo social, ambiental, econômico, político e cultural do Município (SERRA, 2005). Este espaço de participação é uma importante ferramenta para promover o protagonismo juvenil e a participação da sociedade civil como também contribuir para a ampliação das políticas públicas de juventude no município.

Tendo em vista que as Atas das reuniões deste conselho foram consideradas as únicas fontes sistematizadas sobre a atuação deste conselho, foi adotado para este trabalho o tipo de pesquisa documental, pois como aponta as autoras Marconi e Lakatos (2011, p.48) esta pesquisa se caracteriza, “pela fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não [...]”. Entretanto, por se tratar de uma temática ainda recente no universo de pesquisas acadêmicas, nesse sentido, este se coloca como a primeira produção de conhecimento sobre a atuação do CMJS, também se entende que esta pesquisa assume um caráter exploratório, que de acordo com as autoras Marconi e Lakatos (2011, p.71), “permite aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente”.

Desta forma, foram delimitados para a coleta de dados os documentos internos do CMJS, tendo uma amostra de 32 atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, correspondentes à gestão de 2009 a 2010. Estes documentos internos do Conselho foram disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Serra, a qual é

responsável por acompanhar e auxiliar o funcionamento deste conselho, tendo ainda a autorização do Presidente do referido conselho para o uso das informações presentes nestes documentos. (APÊNDICE B).

Foi realizado um levantamento das informações obtidas através da leitura das informações adquiridas nas atas com vistas a identificar as seguintes informações: pontos de pauta mais relevantes apontados no que tange políticas públicas de juventude; as deliberações e encaminhamentos produzidos no âmbito das discussões, bem como a frequência de participação dos conselheiros.

Esta pesquisa não envolveu seres humanos, visto que foi adotado como método a pesquisa documental para realização desta, pois como aponta Gil (2010) este tipo de pesquisa é realizado com os dados disponíveis e não diretamente com pessoas, que neste caso foram as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias.

As informações contidas nestes documentos foram tabuladas em planilha do Excel, separadas por ano dia e mês, a fim de melhor organizar e visualizar os resultados pretendidos, tendo como auxílio para a identificação e registro das informações contidas nas atas um formulário (APÊNDICE A) que contém as principais informações necessárias para ser atingido o objetivo da pesquisa.

A análise dos dados coletados passou pela abordagem qualitativa com o uso da técnica de análise de conteúdo, implicando em examinar e interpretar os dados dando consistência teórica ao corpo da pesquisa, bem como tratou de elucidar os dados apresentando de forma clara e objetiva quanto à frequência de participação e as principais pautas e deliberações discutidas com relação às políticas públicas de juventude.

Considera-se que a abordagem qualitativa foi a melhor forma de alcançar os objetivos que esta pesquisa se propôs atingir, pois, este método permitiu atingir um olhar investigativo sobre as atas, e em se tratando de informações escritas, permitiu uma análise de descobertas, de percepções e assim desvelar o que as informações descritas nestes documentos significaram para o pesquisador, isto fruto de uma profunda reflexão crítica (BAPTISTA 2003).

Conforme discute o autor Baptista (2003),

Nesse processo de pesquisa é vital a acuidade [inteligência] inventiva do pesquisador, que é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo

das percepções, das emoções, e das interpretações dos informantes no seu contexto [...] (BAPTISTA, 2003, p.37).

Dentre as técnicas mais utilizadas na pesquisa de caráter qualitativo foi escolhido a de análise de conteúdo, que conforme discorre o autor Setúbal, (2003, p. 59) “constitui-se uma outra forma de olhar para as comunicações que, dependendo da postura teórica, política e cultural do pesquisador, poderá conduzir a produção de um novo conhecimento[...]”. Esta técnica incidi sobre mensagens presentes, dentre outros documentos, em atas de reuniões (QUIVY, 1998), sendo assim, devido ao fato desta pesquisa ter como fonte restrita de coleta de dados as atas das reuniões do conselho, esta foi a melhor técnica encontrada.

Após a fase da coleta e análise de dados foram definidas duas categorias de apreciação para discussão: frequência de participação dos conselheiros e as principais pautas construídas e deliberações realizadas. Estas categorias foram apresentadas por meio de quadros, gráficos e tabelas produzidas de acordo com as informações coletadas nos documentos específicos do conselho, associando-as com o conteúdo que foi discutido no referencial teórico e a nossa compreensão diante disso.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

4.1 O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE SERRA – ES

O Conselho Municipal de Juventude da Serra foi criado pela Lei N° 2.919 de 21 de dezembro de 2005. Este assume um importante papel para ampliação e promoção de políticas públicas de juventude no município, bem como fomentar o debate sobre tais políticas com o próprio poder público. Sua primeira eleição ocorreu no ano de 2006.

Este conselho tem a finalidade de fomentar estudos, elaborar, analisar, propor e aprovar, políticas públicas que viabilizem a “integração e a participação do jovem no processo, social ambiental, econômico, político e cultural do município da Serra”. (SERRA, 2005).

É necessário considerar que a criação do Conselho Municipal de Juventude da Serra se deu no mesmo ano do nascimento do Conselho Nacional de Juventude, representando assim um passo a frente no que tange a pauta de juventude no município, dado influência que o CONJUVE teve neste processo.

É importante destacar que este conselho municipal foi criado como órgão permanente e assume caráter deliberativo e consultivo. Isto é um aspecto diferencial dos demais conselhos que possuem, às vezes, apenas o caráter consultivo, não podendo interferir totalmente na formulação de novas políticas.

Segundo a Lei 2.919/2005, que regulamenta este conselho, sua composição consiste em 16 membros efetivos e 16 membros suplentes, todos nomeados e empossados pelo chefe do poder executivo. Os membros do poder público são indicados pelas secretarias competentes e os representantes da sociedade civil são eleitos em plenária de eleição aberta. Destacamos as entidades representativas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Entidades representativas do CMJS

(continua)

| Entidades Representativas | |
|--|----------------------------|
| Sociedade Civil | Poder Público |
| Federação das Associações e Moradores (FAMS) | Secretaria de Saúde (SESA) |

(conclusão)

| Entidades Representativas | |
|--|--|
| Sociedade Civil | Poder Público |
| Entidades Culturais | Secretaria de Educação (SEDU) |
| Ensino Médio | Divisão de Juventude |
| Entidades Anti Drogas | Entidades Anti Drogas |
| Organizações juvenis religiosas | Secretaria de Defesa Social (SEDES) |
| Entidades esportivas | Secretaria de promoção Social (SEPROM) |
| Ensino Superior | Secretaria de Direitos Humanos (SEDIR) |
| Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Serra (CONCASE) | Secretaria de Turismo (SETUR) |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

Esta mesma lei também preconiza que o conselho receba todo o suporte técnico, administrativo e financeiro que preciso for para seu pleno funcionamento, sendo que todos estes recursos deverão ser viabilizados pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SERRA, 2005). Pensa-se que estes recursos são de extrema importância para que as atividades propostas pelos conselheiros sejam realizadas, bem como auxiliam no investimento em formações, capacitações para os conselheiros.

De acordo com a Lei N^o 2919/2005, em seu artigo 2^o, são algumas competências do conselho:

- I – Estudar, analisar, elaborar, discutir e propor planos, programas e projetos relativos à juventude;
- II – Desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ações públicas em favor do segmento no município;
- IV – Estudar, analisar, aprovar e propor no âmbito de toda a administração municipal, a celebração de convênios e contratos com outros organismos públicos e privados, visando a elaboração de programas e projetos voltados para a juventude;
- V- Promover, organizar e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude que contribuam para a conscientização dos problemas relativos aos jovens na sociedade do município e fora dele; (SERRA, 2005).

Fica definido pela lei que o mandato dos membros deste conselho será de apenas dois anos, os membros poderão se reeleger mais de uma vez com exceção dos

cargos de Presidente e Vice e o Secretário que terão direito a se reeleger apenas uma vez.

Conforme disposto no artigo 13 do Regimento Interno do CMJS, fica definido que “o Plenário é formado pela reunião conjunta de conselheiros, titulares e suplentes. Para deliberação deverá se respeitar o quórum mínimo 1/3 (UM TERÇO) mais 01 (um) de seus membros volantes”. (SERRA, 2005).

Desta forma, pensa-se ser de extrema importância a efetividade de participação dos conselheiros visando uma maior possibilidade de realizar uma construção coletiva e democrática para deliberar sobre os assuntos mais pertinentes a este conselho.

As reuniões ordinárias deverão ocorrer uma vez por mês e as extraordinárias sempre que forem convocadas por qualquer membro do Secretariado Executivo, e nelas deverão estar presentes pelo um de seus componentes.

O Regimento Interno também prevê, em seu artigo 4º, a convocação de conferências municipais por parte do conselho a cada dois anos, com o intuito de avaliar as ações desenvolvidas pelo município e realizar um levantamento das propostas de novos nortes para a política pública de juventude municipal, respeitando sempre o cronograma e organização das conferências nas etapas Estadual e Nacional.

O CMJS, desde sua criação, já contou com três mandatos, o primeiro foi de 2006 a 2008, o segundo de 2009 à 2011 e por último ainda está em vigência o terceiro mandato que iniciou em 2012 e finalizará em 2014. Foi interesse deste trabalho pesquisar sobre a atuação da segunda gestão, através dos registros das atas, podendo descobrir, o índice de participação, as pautas mais relevantes e deliberações produzidas, bem como quais competências foram atendidas e se houve desafios durante o mandato para efetivá-las.

4.2 A atuação do Conselho Municipal de Juventude nos anos de 2009 a 2011

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a atuação do Conselho Municipal de Juventude da Serra, onde se procurou obter informações da gestão de 2009 a 2011, sendo esta a segunda gestão desde a criação do conselho.

Estas informações foram buscadas através da leitura de 32 atas de reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas no período de maio de 2009 a julho de 2011, podendo ser encontradas as informações mais relevantes para este estudo, como: número de reuniões, frequência de participação dos conselheiros, pautas mais discutidas, deliberações e encaminhamentos.

É importante destacar a dificuldade de assimilar as informações registradas nas atas e relacioná-las aos objetivos desta pesquisa uma vez que estes registros, ora se encontraram fragmentados, ora encontram-se sem consistência textual. Nesse sentido, indica-se a importância de se atentar na elaboração de documentos como este, que além de servir como fonte de pesquisas é de extrema importância para a socialização de conhecimento das ações já realizadas neste conselho.

A partir da tabulação das informações contidas nas atas, pode-se evidenciar dados relevantes como o número de reuniões ocorridas durante esta gestão, podendo constatar, através da tabela abaixo, que no ano de 2010 foi identificado o maior número de reuniões ordinárias ocorridas e também o menor quantitativo de reuniões extraordinárias.

Tabela 1 - Número de reuniões ordinárias e extraordinárias

| | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ordinárias | 4 | 10 | 5 |
| Extraordinárias | 4 | 3 | 6 |
| Reuniões que não atingiram quórum | 2 | 3 | 3 |
| Total | 8 | 13 | 11 |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

Levando em consideração o que o Regimento Interno deste conselho preconiza quanto à obrigatoriedade de ser realizada uma reunião ordinária por mês, ou seja, 12 anualmente, constatou-se que no ano de 2010 mais se aproximou deste objetivo. Nos registros das atas consta que a primeira reunião extraordinária foi registrada no mês de maio de 2009 e a última reunião de 2011 registrada no mês de julho. Logo, tendo em consideração os registros das atas, isto esteve ligado ao fato de que o início e o final do mandato ocorreram na metade do ano.

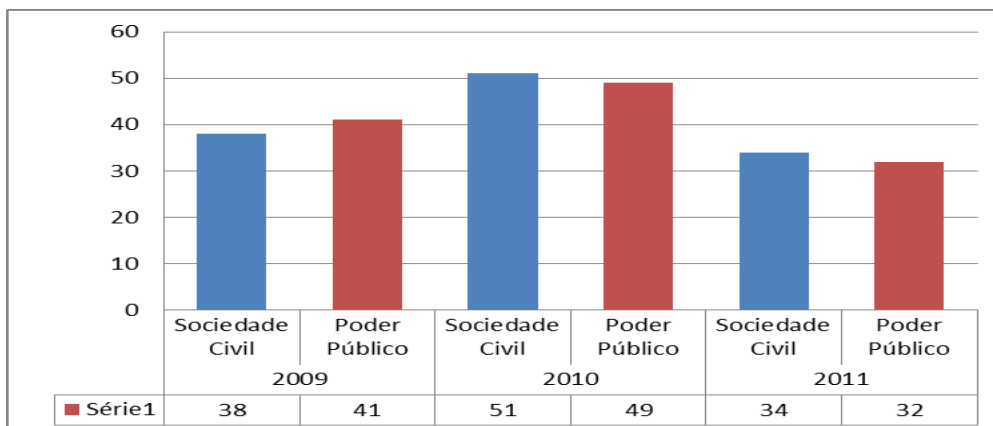
Nota-se que, tendo em vista o processo de participação dos conselheiros nas reuniões, o fato de haver poucas reuniões no início e no último ano do mandato revela uma baixa participação e também pouca possibilidade de se produzir atividades ou até mesmo avançar nas discussões pertinentes ao conselho.

O primeiro ano de 2009 é o momento em que o conselho está se organizando, definindo calendário de reuniões, traçando o planejamento para o ano seguinte. Já no segundo ano em 2010 com o calendário analisado e aprovado, as reuniões ocorrem e as discussões são realizadas de acordo com o que já se vinha delineando do ano anterior. E, por conseguinte o mesmo ocorre para ano de 2011.

É importante destacar que o número de reuniões sem quórum foi pequeno, se comparado ao número de reuniões ordinárias e extraordinárias, entretanto, este é um grande entrave para a realização de importantes deliberações. Através da leitura analítica das atas, notou-se que, em alguns casos, as reuniões, mesmo sem quórum, ocorriam, mas sem a possibilidade de deliberação sobre as pautas propostas.

a) A participação dos conselheiros nas reuniões

Gráfico1- Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias



Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

No que tange a participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, a tabela acima demonstra um grande número de participação da Sociedade Civil e Poder Público no ano de 2010, sendo 51% Sociedade Civil e 49% poder público. Pode-se compreender que ambos os segmentos estiveram presentes

nas reuniões em quantidades proporcionais, revelando que houve um grande número de reuniões com quórum.

Mas, em contraponto a isto houve uma baixa participação da Sociedade Civil e do Poder Público no primeiro e no último ano de mandato. Notou-se que no primeiro ano houve baixa participação de ambos, tendo um avanço no segundo ano e já no último ano de mandato este quadro cai novamente para 34% de participação da Sociedade Civil e 32% do poder público.

Este esvaziamento nas reuniões consiste em um desafio para a atuação do Conselho, pois compromete negativamente a discussão e a definição de deliberações e até mesmo construir pontos de pautas mais relevantes, tendo em vista o enfraquecimento da participação dos conselheiros representantes das diversas entidades.

Também se pode observar que no ano de 2009 a maior porcentagem de participação foi do poder público, que contou com 3% a mais em relação à participação da sociedade civil. Sobre isto, dois pontos devem ser tomados para análise: o princípio de paridade e a resolução do regimento interno sobre o quórum das reuniões.

Este dado revela que o princípio de paridade presente na maioria dos conselhos de políticas públicas, esteve presente na realidade do CMJS, mas é preciso se atentar ao fato de que ter o mesmo número de representantes da sociedade civil e do poder público, não significa que em todas as reuniões isto também será proporcional, pois o regimento interno do CMJS preconiza que as reuniões com finalidade de deliberação só poderão ocorrer se estiverem presentes 1/3 mais 1 dos conselheiros presentes, mas não explicita sobre a necessidade de haver o mesmo número de representantes do poder público e sociedade civil.

Este princípio é de extrema importância para construir de forma democrática as políticas discutidas neste espaço, dando um equilíbrio no processo de deliberações em relação às pautas apresentadas, mas mesmo com esta finalidade o fato de um conselho ter o mesmo número de representantes da sociedade civil e poder público não garante que de fato as decisões serão realizadas de forma equilibrada (TATAGIBA, 2002).

Constatou-se ainda, a partir das informações contidas nas atas que a maioria das reuniões ocorreu em locais e órgãos da Prefeitura da Serra, isto revela um cumprimento do poder executivo em dar o mínimo de recurso possível para que o conselho possa se reunir, enfatizando que isto é o mínimo de recurso possível para que este conselho se realize.

b) As principais pautas construídas e deliberações realizadas no CMJS

Quadro 2- As pautas no ano de 2009

| Principais pontos de pauta no ano de 2009 | QTD |
|--|-----|
| Reformulação da Lei do Conselho | 1 |
| Prioridade dos projetos do Conselho | 1 |
| Prioridade dos projetos do Conselho | 1 |
| Formação de Conselheiros; | 2 |
| Sede física para o Conselho dentro do futuro Centro de Referência de Juventude; | 1 |
| Remuneração dos conselheiros da Sociedade Civil; | 1 |
| Inclusão do Festival de Juventude no calendário oficial de eventos da PMS; | 1 |
| Criação de uma câmara técnica composta por 6 membros suplentes do CMJS para reformulação do Regimento Interno; | 1 |
| Concurso para seleção da logomarca e do slogan do Conselho; | 1 |
| A criação de um diagnóstico das ações e projetos que a municipalidade desenvolve para o público juvenil; | 2 |
| Frequência de participação dos conselheiros; | 1 |
| Potencialização das ações do conselho voltadas para a juventude. | 1 |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

Conforme consta no quadro exposto acima, no ano de 2009 as pautas que mais se repetiram foram com relação à capacitação de conselheiros, o que revela uma necessidade presente do colegiado do conselho, a fim de aprimorar e qualificar a participação da sociedade civil neste espaço. A outra pauta mais discutida esteve relacionada à intenção do conselho em realizar um diagnóstico das ações e projetos que o município vem desenvolvendo para a juventude local, sendo esta de extrema

importância para nortear ações futuras do conselho, tendo esta pauta se aproximado da competência prevista para a atuação do Conselho, que diz respeito à: “desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ações públicas em favor do segmento no município” (SERRA, 2005).

No que tange as pautas pertinentes aos objetivos que este conselho assume frente às políticas públicas de juventude, destacam-se:

- 1- A participação no Plano Plurianual (PPA), sendo importante o reconhecimento do colegiado deste conselho, sobre esta possibilidade de incluir os projetos ou propostas sobre as políticas públicas de juventude no plano, firmando o compromisso do poder público em garantir orçamento à ser investido na juventude e em consonância com esta pauta tem-se a discussão sobre a prioridade dos projetos do conselho, sendo fundamental para servir de base para as propostas efetuadas;
- 2- A potencialização das ações do conselho voltadas para a juventude, destacando a importância que os conselheiros assumem diante das demandas juvenis do município e uma vez que este conselho faz esta discussão, entende-se que existe uma preocupação por parte do colegiado, realizar os objetivos do conselho.
- 3- A criação da sede física do CMJS, dentro do futuro Centro de Referência da Juventude, que demonstra uma postura provocativa do colegiado com relação ao projeto do CRJ, sendo de extrema importância o conselho persistir em solicitar este recurso, entendendo que o pleiteio desta demanda pode não ser atendido, porém se faz necessário o conselho ser incisivo na proposição e alteração nas ações que compete à juventude.

As demais pautas estiveram relacionadas a questões burocráticas ou mesmo inconsistentes, como podem ser citadas aquelas referentes à reformulação do Regimento Interno e a Lei; frequência de participação dos conselheiros; remuneração dos conselheiros; inclusão do festival de juventude no calendário oficial da Prefeitura Municipal da Serra e a realização de um concurso para seleção do slogan e logomarca do CMJS.

Quadro 3 - As pautas no ano de 2010

| Principais pontos de pauta no ano de 2010 | QTD |
|--|------------|
| Substituição de conselheiros devido à faltas | 1 |
| Processo para aquisição de premiação para o concurso de slogan e logomarca do CMJS. | 2 |
| Relatório de atividades voltadas para a juventude dados pelas secretarias, exigidos pelo conselho. | 3 |
| Formação dos conselheiros | 4 |
| Planejamento das ações de 2011 deste referido conselho | 1 |
| Conferência da juventude | 1 |
| Realização de audiência pública para ouvir as demandas da juventude do município. | 1 |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

Dentre os assuntos mais discutidos no ano de 2010, conforme ilustra o quadro acima, destaca-se novamente a pauta de formação dos conselheiros e o relatório de atividades voltadas para a juventude das secretarias do município.

Também é possível observar outros pontos de pauta relevantes, discutidos, tais como: planejamento das ações de 2011 (sendo de extrema importância para dar seguimento às atividades deste conselho); organização da Conferência Municipal de Juventude (sendo este um espaço importante de construção das políticas públicas); substituição dos conselheiros devido à faltas, (indicando que isso pode estar relacionado ao grande número de faltas por parte dos conselheiros. tanto da sociedade civil, como do poder público) e a realização de audiência pública para ouvir as demandas da juventude do município.

Quadro 4- As pautas no ano de 2011

(continua)

| Principais pontos de pauta no ano de 2011 | QTD |
|---|------------|
| Conferência Municipal de Juventude | 7 |
| Parceiros para a realização da Conferência | 1 |
| Apresentação da metodologia de trabalho da Conferência | 1 |
| Eleição do Secretariado Executivo | 1 |
| Calendário de Reuniões do Secretariado Executivo do CMJS. | 1 |

(conclusão)

| Principais pontos de pauta no ano de 2011 | QTD |
|---|------------|
| Comissão Organizadora da Conferência | 1 |
| Indicar um representante do Conselho de Juventude da Serra para etapa nacional da II Conferência de Políticas Públicas de Juventude | 1 |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

O quadro acima ilustra que a pauta mais debatida no ano de 2011, foi acerca da Conferência Municipal de Juventude. Esta pauta indica uma grande importância que o Conselho assume em estimular e envolver os conselheiros em processos amplos de construção de políticas públicas e participação política. E vale destacar que esta pauta pode estar relacionada com uma das competências deste conselho, no que diz respeito a:

Promover, organizar e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude que contribuam para a conscientização dos problemas relativos aos jovens na sociedade do município e fora dele (SERRA, 2005).

Sobre a pauta de Conferência Municipal de Juventude, observa-se que o conselho também pode ser representado na etapa Nacional, por meio de um conselheiro escolhido em plenária. Isto revela a importância da participação e diálogo do CMJS junto com o Conselho Nacional de Juventude, sendo este momento uma rica oportunidade de troca de experiências, acúmulo de saber e o surgimento de novas ideias para contribuir em nível local, com novas propostas a cerca de políticas e ações para a juventude junto com o conselho do município da Serra.

Também se destaca dentre as pautas apresentadas no quadro acima: a eleição do Secretariado Executivo que possui importantes competências para o funcionamento do conselho dentre elas,

[...] Elaborar a programação de atividades e de reuniões do CMJ e divulgá-la junto aos membros do Conselho, observando sempre que naqueles casos em que necessitar de gasto do poder público, deverão planejar para o orçamento do ano subsequente [...] (SERRA, 2005).

Diante da exposição dos três quadros que ilustraram as pautas discutidas entre os anos de 2009 a 2010, podemos obter informações sobre as pautas mais importantes e mais demandantes por parte do colegiado do conselho. Dentre estas também se podem evidenciar quais foram as mais pertinentes sobre as políticas públicas de juventude, bem como indicar as ausências nestas discussões no que tange as competências do conselho.

Desta forma, nota-se que as pautas que mais se repetiram ao longo dos três anos de gestão, são: a capacitação de conselheiros; levantamento das ações das secretarias do município da Serra voltadas para a juventude e a Conferência Municipal de Juventude.

Como já discutidos anteriormente, estes pontos de pautas são relevantes e pertinentes às demandas que este conselho assume frente às políticas públicas de juventude. Todas essas auxiliam e norteiam o funcionamento dos conselhos, porém, é importante ressaltar que estas pautas precisam ser mais discutidas, definidas para traçar encaminhamentos no sentido de direcionar ações e propostas que vão em direção ao debate e construção/aprimoramento de políticas públicas de juventude existentes ou não no município.

No que tange a pauta pertinente à formação dos conselheiros, nota-se que existiu uma latente reivindicação por parte do conselho para a realização desta capacitação. Isto põe em evidência a importância da realização desta formação para o colegiado do conselho, principalmente com relação aos representantes da sociedade civil. Acredita-se que esta seja uma importante ferramenta de empoderamento deste segmento, que com relação ao poder público, pode não possuir um saber sobre a administração pública e seus mecanismos de funcionamento. A partir de formações e capacitações, os conselheiros, de modo geral, poderão contribuir de forma mais consciente no debate sobre as políticas públicas de juventude, aprimorando o conhecimento teórico que poderá determinar na escolha dos pontos prioritários da gestão do conselho, bem como para o melhor aproveitamento do caráter deliberativo que este espaço assume.

Quadro 5- Principais deliberações entre os anos de 2009 a 2011 (continua)

| ANO | PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES |
|------|--|
| 2009 | <ul style="list-style-type: none"> - Foi sugerido que o CMJS encaminhe um ofício às Secretarias da PMS, solicitando informações acerca das políticas, programas, projetos e convênios para atendimento das demandas específicas da juventude, bem como das ações desenvolvidas por outras instituições apoiadas pela municipalidade. Foi aprovado por unanimidade que o Secretariado Executivo do Conselho providenciasse a elaboração de tal ofício e o encaminhasse às secretarias afins. - Foi informado sobre capacitação de conselheiros que esta atividade já está prevista no planejamento da Divisão de Juventude para 2009. |

(conclusão)

| ANO | PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES |
|------|--|
| 2010 | <p>- A conselheira representante do poder público e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDIR) se coloca à disposição para formação dos conselheiros entendendo a importância para que de fato a participação possa ser aprimorada</p> <p>- Foi proposto uma reunião com o prefeito para discutir a 2ª Conferência Nacional de Juventude e tomar ciência das ações de políticas públicas para juventude previstas para os próximos 2 anos de governo. Fica deliberado uma reunião para o dia 03 de dezembro, às 08h30 e será convidado o assessor especial de juventude para estar presente.</p> <p>- Foi deliberado e aprovado o calendário de reuniões para 2011 no 1º semestre de sendo a 1ª terça feira de cada mês. Sendo assim: 01/02, 01/03, 05/04, 03/05, 07/06 e 05/07/2011.</p> |
| 2011 | <p>- Foi solicitado reenviar para todos os conselheiros, todas as atas de reunião do CMJ na gestão.</p> <p>- Foi decidido pelo quórum presente que será aproveitado o método de conferências tradicionais.</p> <p>- É solicitada a presença dos conselheiros na reunião da comissão organizadora de segunda, dia 08/08 para assinar a ata que deverá ser anexada junto à resolução que nomeia o Conselheiro ⁶Alberto direto para etapa Nacional, todos garantiram presença.</p> <p>- Ficou definido que a Comissão Organizadora dos 09 (nove) representantes Poder Público e Executivo será formada por: SEDIR, SETUR, SEDU, SEPROM, SEDES, SESA, PROJÓVEM URBANO e dois representantes da Câmara. E os 09 (nove) representantes da Sociedade Civil serão: FEJUNES, Fórum LGBT, FAMS, CONCASE, DCE da UFES- representando Movimento Estudantil, Entidades Religiosas, Entidade Cultural e Esportiva, COMAD – Conselho Anti- Drogas e Sindicato de Trabalhadores Rurais do município da Serra.</p> |

Fonte: Atas de 2009 a 2011 do CMJS. Elaboração própria.

No quadro anterior foram apresentadas as deliberações mais relevantes referentes à atuação desta gestão do CMJS, sendo estas consideradas as principais e mais relevantes para fins deste estudo, pois são as que mais se aproximaram do cumprimento das competências que este conselho assume.

Dentre estas, foi observado que algumas condizem com as pautas mais discutidas apresentadas anteriormente, entendendo estas deliberações como possíveis de serem efetuadas. Entretanto também se observa que algumas pautas foram apenas discutidas, mas não houve deliberações em torno destas, levando ao questionamento de quais foram os entraves para que isso ocorresse.

⁶ Foi utilizado nome fictício para expor a informação.

Também se pode notar que algumas deliberações aparecem com o sentido de propostas ou informações, colocando em destaque o desafio de o conselho ser legitimamente deliberativo.

As deliberações ilustradas que exprimiram maior autonomia do conselho têm relação com a eleição do Secretariado Executivo do Conselho, a aprovação do calendário de reuniões deste secretariado e o envio de todas as atas da gestão aos conselheiros. As demais apresentadas se relacionam com questões pontuais e burocráticas que não dependem somente do conselho para serem efetuadas.

Ainda se pode notar com os dados expostos que os pontos de pauta mais discutidos na gestão receberam suas respectivas deliberações ou propostas. Sobre a capacitação dos conselheiros, fica evidente que esta é uma ação prevista pela Divisão de Juventude ⁷ do município, tendo o Conselho o papel de cobrar por esta ação prevista. Ainda em relação a este ponto de pauta, nota-se, entre as deliberações a colocação de um dos conselheiros do poder público no sentido de facilitar a formação, entendendo a importância disto para o aprimoramento da participação de todos nesta instância.

No que tange a pauta sobre o levantamento das ações voltadas para a juventude, o conselho sugeriu o encaminhamento de ofício para as secretarias competentes da Prefeitura da Serra, solicitando informações acerca das ações, programas ou projetos que envolvem ou se destinam exclusivamente aos jovens do município. Esta proposta é considerada legítima e, uma vez que efetuada, servirá de base para que as ações do conselho sejam mais incisivas sobre a política de juventude desta municipalidade.

Por fim, a respeito da pauta de Conferência Municipal de Juventude percebe-se que o conselho aprofundou o debate sobre a organização deste evento, empenhando-se para sua realização e também a representação deste conselho a nível nacional. Ressalta-se que este evento é de extrema importância para consolidar as discussões construídas no conselho, que levadas para as conferências a nível municipal, estadual e nacional, em forma de propostas e deliberações devem servir de norte para as políticas públicas de juventude.

⁷ Esta divisão é responsável pela pasta de juventude no município e está subordinada a Secretaria de Direitos Humanos da Serra.

Após a apresentação das deliberações realizadas, que se fizeram mais relevantes durante a gestão analisada, conclui-se que este conselho, apesar de ser deliberativo, assumiu de forma geral um caráter mais consultivo e informativo.

A dificuldade em deliberar sobre alguns pontos de pauta ficou evidente, uma vez que estas deliberações aparecem, na maioria das vezes, como proposta ou informação, tendo sido nulas as deliberações mais incisivas, como: definição de políticas, aprovações de projetos ou a produção de relatórios de gestão.

Entende-se que existem barreiras neste processo deliberativo, como por exemplo, o fato deste conselho não possuir um fundo orçamentário e por consequência não poder definir diretamente os recursos a serem destinados à juventude no município. Entretanto, é importante considerar que a criação deste conselho é recente tendo muito caminho pela frente e inúmeras possibilidades de construir ações mais efetivas e sólidas no que tange as políticas públicas de juventude do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de duas décadas de existência dos conselhos no Brasil, estes espaços ainda estão passando por processo de solidificação e delineamento de suas reais funções e conquista de autonomia. Apesar do grande número de conselhos existentes no país, ainda é preocupante a baixa participação tanto da sociedade civil como do poder público, sendo este um dos maiores entraves à experiência da democracia.

Compreender sobre a atuação do CMJS na gestão de 2009 a 2011 serviu de base para refletir sobre qual a importância real deste espaço de diálogo sobre as políticas públicas de juventude, ilustrando seus desafios para efetivar suas competências e atribuições.

As categorias discutidas neste trabalho permitiram uma aproximação com a principal temática desta pesquisa: os conselhos de políticas públicas, em especial o de juventude. A partir da compreensão do processo histórico envolvido na constituição dos conselhos, nota-se a importância que estes espaços assumam a busca de uma sociedade mais justa e provedora de direitos garantidos a toda população, pois se trata de uma conquista da própria sociedade civil, que desde muitos anos vem lutando através de movimentos sociais.

Este estudo nos possibilitou refletir, a partir da discussão sobre as políticas públicas de juventude, o contexto histórico em que este segmento esteve envolvido ao longo das últimas décadas e em que momento as ações e políticas voltadas especificamente para os jovens passam a surgir no Brasil. Fica claro que este processo se deu lentamente no país e, por muitos anos a juventude permaneceu sem uma atenção particular por parte do poder público. Isto só pode ser evidenciado, de maneira ainda fragmentada, a partir da década de 1990, quando houve as primeiras iniciativas por parte do governo da época em atender o público juvenil de maneira específica.

A criação do Conselho Nacional de Juventude em 2005, em seu potencial de acompanhar as ações públicas voltadas para a juventude, se torna de extrema importância por incluir cada vez mais a juventude na pauta política com maior permanência. Em consonância com este conselho se deu a criação dos conselhos municipais e estaduais de juventude, que permitem que sejam fortalecidos em nível

estadual e municipal os objetivos preconizados pelo CONJUVE, sendo de extrema importância o fortalecimento da participação da sociedade civil e da juventude nestes espaços. Isso também se expressou no município da Serra, com a criação do seu Conselho Municipal.

É importante considerar que, atualmente, os conselhos esbarram em diversos desafios que impedem, muitas vezes, que sejam de fato deliberativos, ou seja, que possam incidir diretamente nas políticas públicas. Isto pode ser reflexo, tanto pela falta de participação da sociedade civil, quanto pela falta de recursos orçamentários e estrutura política que dinamizem sua existência.

A compreensão destes desafios pode estar relacionada, tanto pela organização interna do conselho, quanto pela estrutura orçamentária. Mas é importante lançar pensamento positivo e crítico aos conselhos, não se esbarrando na avaliação pessimista de que estes espaços não estão cumprindo o que se pretendia em sua criação. A melhor estratégia é superar os desafios e repensar sua forma de organização e atuação, ficando esta lição tanto para os conselheiros atuais e futuros, quanto por parte daqueles que se propõe a analisá-los.

Os Conselhos de Juventude precisam ser encarados, de fato, como uma importante ferramenta de participação e que possibilite uma gestão democrática das políticas. É preciso ser levado em consideração a potencialidade que estes espaços assumem na promoção e inovação de políticas públicas para juventude. Assim, acredita-se que investir em recursos e orçamento específico para estes espaços por parte do poder executivo podem ser importantes mecanismos de fortalecimento e legitimação destes conselhos.

Diante os resultados da pesquisa, é perceptível que mesmo com um grande número de reuniões ocorridas entre 2009 e 2011 poucas deliberações puderam ser evidenciadas no CMJS. Isto pode estar diretamente associado ao fato de o conselho não ter a disponibilização e também não receber recursos financeiros do poder executivo municipal.

Entende-se ainda que investir na formação dos conselheiros poder ser uma importante alternativa para lidar com o desafio da participação, visto que muitos conselheiros da sociedade civil podem não possuir apropriação de conhecimento

sobre a política na qual o conselho está voltado, não assimilando suas reais competências e atribuições dentro deste espaço.

Entretanto, este esvaziamento tem sido percebido nos diversos espaços participativos, sejam os movimentos sociais, fóruns temáticos, coletivos estudantis, entre outros. Diante disto não podemos nos distanciar da reflexão da lógica neoliberal presente na sociedade contemporânea, que atinge as diversas camadas sociais com seus ideais neoliberalistas: individualismo; competitividade; retração nos direitos sociais e por consequência impactam de forma negativa na participação social da sociedade.

Também é importante se considerar que os conselhos de juventude foram criados recentemente indicando que muito ainda está por vir, talvez seus maiores avanços possa ser refletido daqui a alguns anos. Isto não desconsiderando o que já foi construído e discutido no interior destes espaços.

Esta pesquisa ilustrou importantes resultados sobre a atuação do CMJS em seu mandato de 2009 a 2011, porém não se esgota neste trabalho as inúmeras reflexões possíveis de serem realizadas sobre a temática. Sendo assim surge um profundo anseio em aprofundar os estudos sobre os conselhos de juventude, indo para além de sua atuação, também seria de extrema importância conhecer e analisar o perfil da juventude que participa destes conselhos e quais suas expectativas e responsabilidades diante às competências dessa instância de participação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da Juventude no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5, p.25-36, Set-Dez, 1997.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 61-78.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 31-40.

BRASIL. Guia de políticas públicas de juventude do Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza. Prefácio. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.13- 16.

BRENNER, Ana Karina. LÂNES, Patrícia. CARRANO, Paulo Cesar R. **A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: Processos sociais e propostas políticas**. In: Olhares sobre os jovens no Brasil. México. DF. Janeiro-junho, 2005. p.194-211.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOGHOSSIAN, Cyntia Ozon, MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos últimos 10 anos**. In. Revista Saúde Sociedade São Paulo. v. 18, n.3. p.411-423, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-12902009000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1 de junho de 2014.

CALIARI, Hingridy Fassarela. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. Demandas históricas e as respostas profissionais do serviço social: as relações com as esferas socioinstitucionais.. In: **Seminário de saúde do trabalhador de Franca**, 7, 2010, Franca. Unesp, Franca, Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000112010000100039&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 13 de abril de 2014.

CAMARANO, Ana Amélia et al . Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Revista última década**. Santiago, v. 12, n. 21, p.11-50, dezembro de 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 6 de maio de 2014.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como Processo de Consolidação da Democracia no Brasil**. Oxfam Internacional, 2008. Disponível em:

<<http://www.cdes.gov.br/estudo/7208/a-participacao-social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-brasil-alexandre-ciconello.html>>. acesso em: 12 de maio de 2014.

CLEMENTINO, Josbertini Virginio. **As políticas de Juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas**. 2009, 129 f.. Dissertação (Mestrado em Planejamento e políticas Públicas) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

COIMBRA, Cecília M.B; NASCIMENTO, Lívia do Nascimento. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em tempo Real**. Rio de Janeiro: DPeA editora, 2003. p.19 – 37.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Guia de conselhos**. Brasília: 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento**. Brasília: Ação educativa, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Balanco de 2010 a 2012**. [Brasília]. [201-]. CONJUVE. Disponível em:

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/copy2_of_documentos> Acesso em 6 de junho de 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. In: _____. **Sociedade Civil E Espaços Públicos No Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.9-15.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set-dez. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 de maio de 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário**. São Paulo, Cortez, 2007.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes, LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Introdução: Juventude, para além dos mitos. In: _____. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. P. 9-16.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**- 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época v 84).

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: Democracia, controle social e instituições**. São Paulo, 11 f. Dissertação (Mestrado em administração pública e governo) Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

LEÓN DÁVILA, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

MACEDO, Severine. Mais direitos para a Juventude. In: **Revista Conselho em ação: revista virtual do conselho nacional de juventude**. 1. ed. Conjuve. Set. 2013. P.9-10. Disponível em:< <http://www.juventude.gov.br/conjuve/revista-conselho-em-acao>>. Acesso em: 1 de junho de 2014.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de direito: democracia e participação popular. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro De; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez, 2010. p.189-206.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** Biblioteca Básica de Serviço Social; v5. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da Gestão Democrática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

RABAT, Márcio Nuno. **A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil.** [Brasília]: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1372>. Acessado em 09 de maio de 2014.

RIBEIRO, Jeferson Francisco. **Soberania Popular.** [Brasília]: Câmara dos deputados, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3630>. Acessado em: 09 de maio de 2014.

SERRA. Lei municipal que dispõe sobre o Conselho Municipal da Juventude. Lei nº 2919 de 21 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L29192005.html>. Acesso em: 1 de junho de 2014.

_____Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude, Serra, 2005.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de Conteúdo. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 59-84.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação Social e Controle Social. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro De; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p.167-188.

SPINK, Peter. **A democratização do poder local: gestão social na ótica subnacional**. In: RICO, Elizabete de Melo. DESENSZAJN, Raquel Raichelis. **Gestão Social: uma questão em debate / São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 191-207.**

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO. Juventude e políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.24, p.16-39, Set-Dez, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Introdução- Espaços públicos e tempos juvenis. In:_____. **Espaços públicos e tempos juvenis Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo. Ed global, 2007. p. 5-43.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.47-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília, UNESCO, 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

APÊNDICE A**Informações a serem extraídas das Atas****Campo de pesquisa:** Conselho Municipal de Juventude da Serra.

Ata Nº _____

| | | |
|-----------------|---------------|--------------------|
| Dia | Mês | Ano |
| TIPO DE REUNIÃO | () Ordinária | () Extraordinária |

A reunião teve quórum? () Sim () Não

Local da Reunião: _____

Horário: _____

PONTOS DE PAUTA**DELIBERAÇÕES**

ANEXO A – Termo de responsabilidade de utilização de dados**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Eu, _____, tenho conhecimento que sou responsável pela pesquisa “ _____”, comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa, tais como as Atas das reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Municipal de Juventude da Serra. Estou ciente de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2014

Ana Claudia da Cruz Costa

Graduanda em Serviço Social

Faculdade Católica Salesiana

Camila Lopes Taquetti

Prof^a Orientadora

ANEXO B - Declaração da Instituição Coparticipante**FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO****DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Declaro ter conhecimento da pesquisa intitulada “Conselho Municipal de Juventude da Serra- análise da gestão 2009 a 2011” a ser desenvolvida pela pesquisadora responsável, a aluna Ana Claudia da Cruz Costa, orientada pela professora Camila Lopes Taquetti. Declaro ainda, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante da presente pesquisa no que tange a autorização para que o estudante possa realizar a leitura de todas as atas produzidas na gestão de 2009 à 2011, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Presidente do Conselho Municipal de Juventude da Serra

Assinatura e Carimbo do responsável